



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
MESTRADO PROFISSIONAL

MARTINEZ SANTOS MARTINS

ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE DAS
ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS DE FEIRA DE SANTANA-BAHIA

Feira de Santana/BA

2019

MARTINEZ SANTOS MARTINS

**ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE DAS
ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS DE FEIRA DE SANTANA-BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial - Mestrado Profissional, do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial.

Orientadora: Prof.^a Dra. Edinusia Moreira C. Santos

Feira de Santana/BA

2019

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

M344

Martins, Martinez Santos

Associativismo e participação política : uma análise das associações comunitárias rurais de Feira de Santana-Bahia / Martinez Santos Martins. – 2019.

111 f.: il.

Orientadora: Edinusia Moreira Carneiro Santos.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial, Feira de Santana, 2019.

1. Associativismo. 2. Participação política. 3. Associações comunitárias rurais – Feira de Santana, Bahia. 4. Democracia. I. Santos, Edinusia Moreira Carneiro, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 334.4:304(814.22)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL –
PLANTERR - MESTRADO PROFISSIONAL

MARTINEZ SANTOS MARTINS

ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE DAS
ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA

Edinúscia Moreira Carneiro Santos

Profª. Drª. Edinúscia Moreira Carneiro Santos
UEFS

Antonio Eduardo Alves de Oliveira

Prof. Dr. Antonio Eduardo Alves de Oliveira
UFRB

Agripino Souza Coelho Neto

Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto
UNEB

Aprovado em 03 de setembro de 2019

A minha mãe, Inês Freire
A minha irmã, Isana Martins
A meus sobrinhos, Rafael e Raíssa
A minha avó, Guiomar (in memória)
A todos que me ajudaram a alcançar essa realização!

AGRADECIMENTOS

Aproveito esta oportunidade para agradecer imensamente a todas as pessoas, que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização desta dissertação. É importante reconhecer que a conclusão deste trabalho não seria possível sem o apoio e incentivo dos amigos e colaboradores.

A Prof.^a Inês Freire, minha mãe, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Em especial quero agradecer pelos ensinamentos que me foram transmitidos durante minha caminhada e que contribuíram enormemente para minha formação enquanto cidadão honesto e consciente.

A Prof.^a Dra. Edinusia Moreira, pela orientação, compreensão e diálogo que constantemente foi estabelecido entre orientadora e orientando. As reflexões, as sugestões e a paciência foram essenciais para maturação do presente trabalho. Meu muito obrigado!

Aos amigos e sociólogos Sabrina Moraes, Gerinaldo Lima e Sóstenes Aroeira pelo apoio, incentivo e orientação.

Aos interlocutores, membros das associações comunitárias rurais que tive o prazer de conhecer mais de perto durante as visitas e realização dos questionários e entrevistas. Sem dúvida, este trabalho não teria sido concluído se não fossem esses importantes agentes sociais transformadores de suas realidades. Quero agradecer imensamente pela atenção, paciência e aprendizado.

Aos membros da banca examinadora, Prof.^o Dr. Agripino e Prof.^o Dr. Antônio Eduardo pelas contribuições na elaboração teórica e metodológica desta dissertação.

Agradeço também a todos os professores do PLNATER não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

A Universidade Estadual de Feira de Santana por me possibilitar deslumbrar um novo horizonte de conhecimento.

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade. ”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a relação entre associativismo e participação política nas associações comunitárias rurais de Feira de Santana, Bahia. A participação política tem sido considerada pela literatura política uma variável essencial para mensurar a qualidade de regimes democráticos e compreender as características e especificidades dos agentes sociais em diferentes realidades socioeconômicas. A coleta de dados foi feita por meio de questionário aplicado aos membros das entidades selecionadas de acordo com os seguintes critérios: estejam em concordância com o Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/14), possuam atividade de produção coletiva, sede própria e estejam em plena atividade. Além disso, foi realizada uma entrevista com todos os representantes das associações pesquisadas afim de que fosse apreendido as percepções acerca da importância do associativismo para comunidade. Os dados examinados conduzem a afirmação de que os eleitores feirenses que participam de associações comunitárias rurais possuem atributos que explicam a persistência dos agentes sociais no fortalecimento de uma cultura política com valores relevantes para o associativismo, portanto, uma preocupação com as diversas questões coletivas e com o aprimoramento da democracia participativa.

Palavras-chave: Associativismo. Participação Política. Democracia.

ABSTRACT

This work has as main objective to analyze the relation between associativism and political participation in the rural community associations of Feira de Santana, Bahia. Political participation has been considered by the political literature as an essential variable to measure the quality of democratic regimes and to understand the characteristics and specificities of social agents in different socioeconomic realities. Data collection was done through a questionnaire applied to the members of selected entities according to the following criteria: they are in agreement with the New Regulatory Framework of Civil Society Organizations (Law 13.019 / 14), have collective production activity, and be in full activity. In addition, an interview was conducted with all representatives of the associations surveyed in order to apprehend perceptions about the importance of community association. The data examined lead to the affirmation that the Feira voters who participate in rural community associations have attributes that explain the persistence of the social agents in the strengthening of a political culture with values relevant to the associativism, therefore a concern with the diverse collective issues and with the improvement of participatory democracy.

Key words: Associativism. Political Participation. Democracy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Município de Feira de Santana, Bahia.....	17
Gráfico 1	- Mobilizações e protestos citados pelos membros pesquisados das associações comunitárias rurais de Feira de Santana, 2018.....	71
Gráfico 2	- Avaliação realizada pelos membros pesquisados das associações comunitárias rurais acerca das mobilizações e protestos, Feira de Santana, 2018.....	73
Gráfico 3	- Mobilizações e protestos dos quais os membros pesquisados das associações comunitárias rurais participaram, Feira de Santana, 2018.....	76
Gráfico 4	- Finalidades no uso das redes sociais citadas pelos membros pesquisados das associações comunitárias rurais de Feira de Santana, 2018.....	79
Gráfico 5	- Meios utilizados pelos associados pesquisados para fiscalizar a atuação dos representantes políticos, 2018.....	81
Gráfico 6	- Atividades realizadas pelas associações comunitárias rurais para estimular o interesse e a participação política dos associados, 2018.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Lista das associações comunitárias rurais investigadas de Feira de Santana, 2018.....	19
Quadro 2	- Quantidade de questionários aplicados aos associados pesquisados das associações comunitárias rurais de Feira de Santana, 2018.....	21
Quadro 3	- Aspectos relacionados a democracia grega e moderna.....	25
Quadro 4	- Quantitativo de associações comunitárias rurais listadas por órgãos e instituições, Feira de Santana, 2018.....	54
Quadro 5	- Nível de confiança em indivíduos, grupos e instituições indicado pelos associados pesquisados das associações comunitárias rurais de Feira de Santana, 2018.....	55
Quadro 6	- Frequência de conversa sobre política dos associados pesquisados nas associações comunitárias rurais de Feira de Santana, 2018.....	59
Quadro 7	- Participação dos indivíduos pesquisados das associações comunitárias em reuniões de organizações sociais, Feira de Santana, 2018.....	61
Quadro 8	- Nomes de personalidades e termos referentes à política citados pelos membros pesquisados das associações comunitárias rurais de Feira de Santana, 2018.....	62
Quadro 9	- Categorias e subcategorias identificadas na pesquisa com os membros pesquisados das associações comunitárias rurais de Feira de Santana, 2018.....	69
Quadro 10	- Mobilizações e protestos ocorridos em Feira de Santana nos últimos seis anos.....	74

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABI	–	Associação Brasileira de Imprensa
CAR	–	Cadastro Ambiental Rural
FAMFS	–	Federação das Associações de Moradores de Feira de Santana
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	–	Informante
MOC	–	Movimento de Organização Comunitária
OP	–	Orçamento Participativo
OAB	–	Ordem dos Advogados do Brasil
OSC	–	Organizações da Sociedade Civil
PAA	–	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	–	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SEDESO	–	Secretaria de Desenvolvimento Social
SPB	–	Sistema Político Brasileiro
SBPC	–	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
TER	–	Teoria Econômica Racional
TSE	–	Tribunal Superior Eleitoral
UNE	–	União Nacional dos Estudantes
PT	–	Partidos dos Trabalhadores
MDB	–	Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	–	Partido da Social Democracia Brasileira
PAA	–	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	–	Programa Nacional de Alimentos Escolar
PMCMV	–	Programa Minha Casa Minha Vida
PRONAF	–	Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PRINCIPAIS TEORIAS DA DEMOCRACIA	24
2.1	Os gregos e a democracia	24
2.2	Teoria da democracia procedimental.....	29
2.3	Teoria da democracia participativa.....	33
2.4	Sofisticação política.....	38
3	ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CAPITAL SOCIAL	43
3.1	Associativismo e democracia participativa	43
3.2	Capital social e cultura política associativa	49
4	ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS DE FEIRA DE SANTANA..	53
4.1	Confiança interpessoal e institucional	55
4.2	Variáveis da sofisticação política	59
4.3	Preferência Partidária	63
5	CANAIS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NÃO CONVENCIONAL	69
5.1	Informação sobre mobilizações e protestos.....	70
5.2	Avaliação acerca das mobilizações e protestos	72
5.3	Participação em mobilizações e protestos	76
5.4	Uso das redes sociais	79
5.5	Acompanhamento e fiscalização dos representantes políticos	80
5.6	Atividades realizadas pelas associações comunitárias.....	82
5.7	A Percepção dos representantes acerca dos associados e da associação comunitária rural.....	84
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS	97
	APÊNDICE A	106
	APÊNDICE B	110

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho valorizou-se contribuir com a discussão acerca da importância da participação política a partir do enfoque do associativismo comunitário rural e seu rebatimento sobre o processo de aprimoramento e fortalecimento da democracia participativa no município de Feira de Santana, Bahia. Para tanto, o associativismo foi considerado como uma dimensão central no fomento e no estímulo à participação política dos agentes sociais, configurando-se como relevante organização para a medição da qualidade da democracia.

A democracia pode ser compreendida enquanto uma forma de exercício do poder que tem como princípio básico a participação dos cidadãos nas tomadas de decisões políticas. A forma representativa de democracia por muito tempo foi concebida enquanto modelo ideal que assegurava a representação política de todos os cidadãos, entretanto, os partidos e políticos que deveriam exprimir diferentes segmentos da sociedade já não conseguem identificar e atender todas as demandas da população.

Como resultado do aprimoramento conceitual e prático, a democracia participativa surge como consequência da crise do modelo representativo, tendo como característica uma forma semidireta, por não desconsiderar seus representantes, mas aproximando os representados da arena de decisão política (MEDEIROS, 2014). Nessa perspectiva, a consolidação do regime democrático participativo passa por um envolvimento efetivo dos cidadãos nos diferentes aspectos de uma determinada realidade social e, conseqüentemente, pela redução das disparidades socioeconômicas.

Se por um lado, no Brasil, existe um grau de conformidade acerca de um nível razoável de consolidação das instituições políticas, por outro, observa-se um aumento crescente da desconfiança institucional e do distanciamento da população em relação à política (MOISÉS, 2018). Conseqüências estas marcantes de uma sociedade que habitualmente convive com índices alarmantes de desigualdades sociais e escândalos de corrupção envolvendo políticos e instituições mediadoras do sistema democrático.

Estudos recentes acerca da participação política e da qualidade do regime democrático no Brasil (RENNÓ, 2002; AVELAR, 2007; BAQUEIRO, 2008; BONIFÁCIO, 2012) têm destacado a apatia política enquanto principal característica do comportamento dos cidadãos brasileiros. Tem constatado também que a população de

modo geral, cada vez mais indignada com sucessivos escândalos de corrupção, ao invés da apatia política se direcionar para um maior envolvimento dos cidadãos nos diversos canais formais e informais de participação política, vem se traduzindo em desolação e conformismo diante da real crise de representação política.

Em termos eleitorais, no segundo turno da última eleição presidencial (2018) constatou-se uma abstenção que atingiu 20,3%, maior percentual desde 1998, quando 21,5% do eleitorado não votou. Os números significam que quase 30 milhões de eleitores que estavam aptos não compareceram às urnas no segundo turno das eleições de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Somando os votos nulos e brancos com as abstenções, houve um contingente de 42,1 milhões de eleitores que não escolheram nenhum candidato, cerca de um terço do total.

Embora não exista um consenso na literatura específica em relação às causas e implicações dos índices de não comparecimento as eleições, pesquisadores (RENNÓ, 2001; BAQUEIRO, 2008; VÁSQUEZ, 2010) argumentam que o distanciamento dos cidadãos em relação à política possa estar estritamente ligado à ausência de mudanças significativas na vida das pessoas, em especial dos segmentos sociais menos favorecidos. Nesse sentido, pode-se defender que os dados acerca do alto percentual de abstenção revelam uma consequente perda em termos substanciais do ideal democrático, portanto, para qualidade e consolidação do Sistema Político Brasileiro (SPB).

A literatura política tem revelado que é crescente o descrédito da população em relação às instituições democráticas em quase todos os países do mundo. Até mesmo em países de tradição democrática como Estados Unidos, Reino Unido e França o número de eleitores que comparecem aos pleitos eleitorais tem se mostrado reduzido com o passar dos anos (GHIRARDI e CUNHA, 2013). Entretanto, os cidadãos desses países têm buscado alternativas em diversos outros canais informais de participação política, como greves, boicotes, protestos e coletivos de pessoas, com o objetivo de interferir de modo efetivo nas questões públicas que não seja por canais institucionais como as eleições periódicas.

De acordo com estudos realizados acerca da alienação eleitoral, ou seja, os votos nulos, brancos e as abstenções (BORBA, 2005; GHIRARDI e CUNHA, 2013) verificou-se que nas democracias latino-americanas, no caso específico do Brasil, o número de abstenção também tem crescido nas últimas eleições, entretanto, essa constatação não tem

configurado por parte dos eleitores brasileiros uma maior preocupação na busca por canais alternativos de participação política. O que tem efetivamente se formalizado é a negação dos princípios e valores democráticos, o distanciamento em relação à política e o discurso de que a vida não é interferida pelas decisões políticas ou que a política é algo incompreensível e que as práticas nocivas não são passíveis de punições e mudanças.

Portanto, a comparação dos índices de comparecimento nos pleitos eleitorais entre eleitores de países de democracia consolidada e eleitores de países de democracia recente revelam que se para os primeiros a descrença nos canais formais de participação política é vista como um comportamento crítico frente as ineficiências das instituições democráticas; no caso do Brasil, os dados são encarados e interpretados com inquietação porque tem demonstrado as fragilidades do regime democrático brasileiro no que se refere a participação e representação política.

Por outro lado, como resposta para a real crise de representatividade que tem ocorrido em praticamente todos os países ocidentais democráticos, alternativas tem surgido de diferentes segmentos da sociedade civil no intuito de organizar grupos de pressão e garantir maior participação dos agentes sociais nas decisões políticas e, conseqüentemente, buscar mudanças sociais significativas para população. Uma dessas alternativas têm sido as associações comunitárias de moradores, que surgem enquanto espaço para atuação no planejamento e implementação de políticas de interesse público e na construção coletiva do espaço comum.

Diferentes estudos (TOCQUEVILLE, 1998; OSLOM, 1999; PUTNAM, 2002; BAQUERO e AMORIM 2004; ILHA, 2008; SANTOS, 2010; BERNARDO e RENNÓ, 2001) destacam a importância do ativismo civil expresso por meio da participação de indivíduos em diferentes organizações associativas. Tal prática tem demonstrado ao longo do tempo impactos diretos sobre propostas de políticas públicas elaboradas com a participação dos agentes sociais e a real atenuação da desigualdade política e disparidades socioeconômicas.

Argumenta-se que uma sociedade civil que tenha como princípio uma tradição associativa é fundamental para o surgimento de novas experiências de participação política. Carlos (2016) destaca que os canais de participação política quando podem contar com uma estrutura associativa preexistentes pode fortalecer a cultura associativa e gerar novos elementos democratizantes. Nessa perspectiva, o associativismo comunitário

pode incentivar e fomentar diversas outras possibilidades de envolvimento dos cidadãos em novos canais de participação política.

Cientistas políticos (BAQUERO e AMORIM, 2004; AVELAR, 2007; AMORIM, 2011) destacam que um dos principais problemas de democracias recentes como o caso do Brasil é o déficit de participação política dos cidadãos nas decisões, fiscalização e implementação de políticas públicas. Diante desse problema, a apatia política é apontada com um sério impasse para democracia, e o envolvimento efetivo dos cidadãos é sugerido como principal passo para que os excluídos se libertem da alienação política e de modo factual possam se envolver e interferir positivamente nas diversas questões públicas.

Nesse panorama, de modo a compreender a relação entre associativismo e participação política nas associações comunitárias rurais de Feira de Santana, surge o problema a ser abordado na pesquisa: Será que a cultura política presente nas associações comunitárias rurais promove uma maior participação política e envolvimento dos agentes sociais com as questões coletivas?

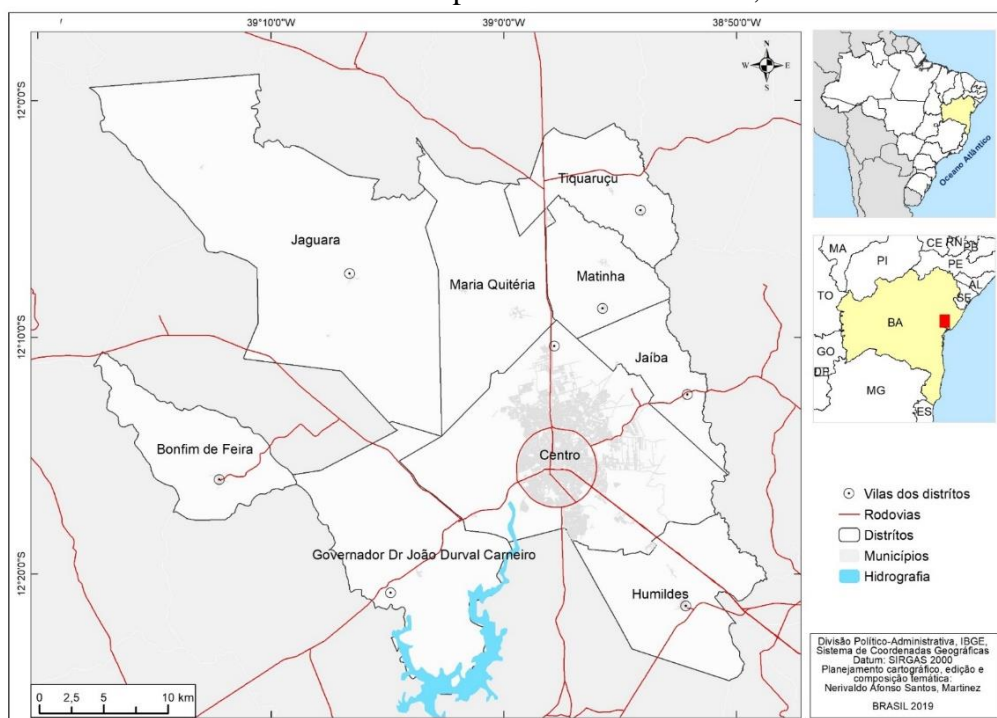
Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar a relação entre associativismo e participação política nas associações comunitárias rurais do município de Feira de Santana. Os específicos foram (1) analisar a confiança interpessoal e institucional dos membros das associações comunitárias rurais; (2) Mensurar o grau de sofisticação política (interesse, envolvimento e conhecimento) dos membros das associações comunitárias rurais; (3) analisar a preferência partidária dos membros das associações comunitárias rurais; (4) identificar canais de participação política não convencionais e/ou informais utilizados pelos membros das associações comunitárias rurais com a finalidade de garantir maior intervenção nas questões públicas.

A hipótese norteadora do presente trabalho defende que os agentes sociais que participam de associações comunitárias rurais possuem alto nível de confiança (interpessoal e institucional), sofisticação política (interesse, envolvimento e conhecimento), preferência partidária e envolvimento em diversos canais informais de participação política, isto é, possuem atributos de uma cultura política que possibilitam contribuir para o aperfeiçoamento da democracia e melhorar o acesso as políticas públicas.

A pesquisa foi realizada nos oito distritos do maior município do Território Portal do Sertão. Feira de Santana é a segunda maior cidade da Bahia, com uma população de

609.913 de acordo com estimativa do IBGE (2018) e possui o segundo número de votantes do estado com 384.050 eleitores. Dados do Censo 2010 indicam que 46.020 pessoas vivem nos oito distritos do município: Maria Quitéria, Matinha, Jaíba, Bonfim de Feira, Jaguará, Governador João Durval, Humildes e Tiquarucu (FIGURA 1). Estas localidades são conhecidas pela diversidade cultural, potencialidades agrícolas, mas, também, por diversos problemas de natureza socioeconômicos como o êxodo rural, desemprego e crescimento da violência.

FIGURA 1- Município de Feira de Santana, Bahia



Elaboração: Martinez Santos Martins

De acordo com a Federação das Associações de Moradores de Feira de Santana (FAMFS) em 2013 foi realizado um levantamento de todas as Organizações da Sociedade Civil (OSC) legalmente registradas e foi identificado um total de 345 (trezentos e quarenta e cinco) organizações em plena atividade. É importante ressaltar que do universo de organizações catalogadas pela FAMFS 39 (trinta e nove) estavam distribuídas nos oito distritos do município.

Analisar a relação entre associativismo e participação política nas associações comunitárias rurais torna-se essencial para revelar aspectos e especificidades presentes na cultura política dessas organizações, além de dar maior visibilidade à atuação dos

diversos agentes sociais através das Organizações da Sociedade Civil. Além disso, contribui para compreender de que maneira os agentes sociais por meio do coletivo de pessoas têm enfrentado a atual crise de representatividade e quais alternativas tem buscado para torna-se visíveis ao poder público.

Logo, pesquisar o associativismo foi uma decisão estimulada pelo desejo de conhecer a realidade das entidades rurais que estão geograficamente em comunidades que apresentam uma diversidade de problemas, sejam eles sociais ou econômicos. Ademais, o presente estudo tornar-se-á um instrumento de medição para avaliar o desenvolvimento democrático das associações comunitárias rurais e ajudará a compreender de que forma a consciência política e a cultura cívica tem contribuído para a construção de uma efetiva democracia participativa. O estudo também trará contribuições para o campo de pesquisa em democracia, participação política, associativismo comunitário e capital social.

O percurso metodológico adotado foi constituído de seis etapas fundamentais: 1. Aprimoramento conceitual, 2. Pesquisa documental, 3. Visita as associações comunitárias, 4. Aplicação de questionário, 5. Realização de entrevista com os representantes das associações pesquisadas, 6. Análise e interpretação dos dados coletados.

A revisão conceitual foi constituída de levantamento, seleção, fichamento e análise de concepções relacionadas à pesquisa. Nessa primeira etapa buscou contribuições teóricas acerca dos conceitos de associativismo comunitário, cultura política, democracia participativa, participação política, capital social, sofisticação política, preferência partidária, representação política, confiança interpessoal e institucional.

Na segunda etapa, foi realizado um levantamento de informações acerca das associações comunitária rurais no Cartório de Títulos, Documentos e Pessoa Jurídica, no Conselho Municipal de Assistência Social, no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e na Federação das Associações de Moradores de Feira de Santana (FAMFS).

As informações colhidas nos diferentes órgãos e instituições foram essenciais para seleção das entidades investigadas. Além disso, foi possível confrontar os dados acerca

do quantitativo de associações registradas, identificar a localização das entidades e estreitar o contato com os representantes e membros das associações.

Na terceira etapa, foram realizadas visitas às entidades e estabelecido diálogo com os representantes das associações afim de expor os objetivos da pesquisa e ratificar as informações acerca das associações que atendessem os critérios estabelecidos. O contato com as associações se deu também devido a relação pregressa do pesquisador com segmentos dos movimentos sociais de Feira de Santana e por intermédio do Centro de Comercialização de Economia Solidária da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Por ser um universo relativamente numeroso, foram estabelecidos cinco critérios para seleção das entidades. Portanto, foram investigadas as associações comunitárias rurais que estão de acordo com o Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/14), possuam atividade de produção coletiva, maior número de associados, sede própria e estejam em plena atividade. As associações investigadas de acordo com os critérios acima descritos estão listados no Quadro 1.

Quadro 1 – Lista das associações comunitárias rurais investigadas de Feira de Santana, 2018.

Associações Comunitárias Rurais	Distrito	Número de Associados
1. Associação Comunitária dos Moradores Moita da Onça “Unidos Venceremos”	Matinha	150
2. Associação de Moradores do Povoado de Tanquinho	Humildes	42
3. Conselho Comunitário de Jaguara	Jaguara	34
4. Associação do Olhos D’Água da Formiga	Maria Quitéria	190
5. Associação Lagoa das Pedras	Jaíba	122
6. Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida	Bonfim de Feira	53
7. Associação Pedra Ferrada	Mara Quitéria	265
8. Associação Comunitária Malhada Grande e Calandro	Tiquaruçú	138

9. Associação Comunitária do Caroá	Governador Mangabeira	105
10. Associação Comunitária Vila Feliz	Tiquarucú	146

Fonte: Pesquisa documental, 2018
Elaboração: Martinez Santos Martins

Com o objetivo de atender os critérios de representação probabilística, das 39 associações comunitárias rurais identificadas pela FAMFS foram selecionadas 10 entidades, sendo que nos distritos de Maria Quitéria e Tiquarucu foram pesquisadas duas associações. Para definição do número de questionários aplicados aos membros das associações comunitárias rurais foi utilizado a fórmula para o cálculo de amostra finita. Utilizando a margem de erro de 5% e um intervalo de confiança de 80%. Foi definido um total de 664 associados para aplicação dos questionários (QUADRO – 2).

$$n = \frac{\sigma^2 \times p \times q \times N}{E^2 \times (N - 1) + \sigma^2 \times p \times q}$$

- - Nível de confiança em número de desvios (□) = 80%
- p – proporção da característica pesquisadas no universo (%) = 45
- q - percentagem complementar (%) = 55
- N – Tamanho da amostra = 1245
- E – Erro estimado permitido (%) = 5,0
- n – tamanho da amostra = 664Q

Quadro 2 – Quantidade de questionários aplicados aos associados pesquisados das associações comunitárias rurais de Feira de Santana, 2018.

Associações Comunitárias Rurais	Número de Questionário
Associação Comunitária dos Moradores Moita da Onça “Unidos Venceremos”	79
Associação de Moradores do Povoado de Tanquinho	34
Conselho Comunitário de Jaguara	29
Associação dos Olhos D’Água da Formiga	89
Associação Lagoa das Pedras	71
Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida	41
Associação Pedra Ferrada	102
Associação Comunitária Malhada Grande e Calendro	76
Associação Comunitária do Caroá	65
Associação Comunitária Vila Feliz	78

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018
Elaboração: Martinez Santos Martins

Na quarta etapa, a coleta dos dados foi realizada por meio de questionário aplicado aos membros das associações comunitárias selecionadas de acordo com os critérios estabelecidos anteriormente. O questionário pretendeu testar a hipótese norteadora da pesquisa, buscando constatar ou não a existência de atributos democráticos que de acordo a literatura política são característicos de uma cultura política associativa que tenha como base laços fortes de confiança interpessoal e princípios democráticos.

Para tabulação das respostas acerca dos índices de confiança (institucional e interpessoal), sofisticação política e preferência partidária foi utilizado o SPSS – Software aplicativo, um programa de análise estatística mais utilizado nas Ciências Sociais. A utilização do aplicativo possibilitou a quantificação das informações e a confecção de gráficos, tabelas e quadros que melhor ajudaram na observação e análise dos dados.

O conteúdo das questões abertas foi tabulado numa planilha de Excel, onde todas as respostas dos entrevistados foram separadas de acordo com cada pergunta. A planilha propiciou uma melhor correlação entre as perguntas, respostas e perspectivas teóricas que buscam apreender e explicar o objeto investigado. Para tanto, foram criadas categorias de análise de conteúdo e confeccionado gráficos com a quantificação das respostas dos interlocutores.

Além da aplicação do questionário, com o objetivo de identificar especificidades e lacunas deixadas pelas etapas metodológicas anteriores foi realizada com representantes de cada uma das associações investigadas uma entrevista onde se buscou identificar o rebatimento das ações das associações na comunidade e na vida dos associados. Por sua vez, as entrevistas realizadas com os representantes foram analisadas e agrupadas, permitindo a identificação de ocorrências nos discursos que possibilitaram uma melhor análise dos enunciados.

Por último, efetivou-se a análise e interpretação dos dados colhidos, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar a realidade investigada. Para tanto, lançou-se mão da confecção de gráficos, tabelas e quadros para que possibilitassem uma melhor exposição dos dados e análise dos resultados obtidos.

Quanto a estrutura, além dessa introdução e das considerações finais, esta dissertação está subdividida em quatro capítulos onde pretendeu-se trazer reflexões teóricas com base em pesquisa empírica acerca da importância do associativismo no fomento e construção da democracia participativa.

O Capítulo 1 constitui-se de um referencial sobre o conceito de democracia numa concepção clássica e moderna, atentando para o aperfeiçoamento do referido conceito numa perspectiva histórica e geográfica. Além disso, destaca-se possíveis contribuições da democracia grega para o aperfeiçoamento da democracia participativa, no sentido de atenuar a real crise de representatividade presente nas democracias modernas. As diferentes percepções das duas principais teorias da democracia (procedimental e participativa), o surgimento de novos canais de participação política externos ao arcabouço institucional e o conceito de sofisticação política também são abordados no referido capítulo.

Por sua vez, o capítulo 2 ressalta a importância do associativismo para construção da democracia participativa e formação do capital social. Destaca-se também as ações de diferentes coletivos de pessoas nas lutas por mudanças significativas e concretas, destacando as ações no período iniciado de 1964. Ainda, como desdobramento do associativismo comunitário busca ressaltar a importância de laços de confiança interpessoal e institucional no fortalecimento das associações comunitárias e seu rebatimento nas melhorias de vida das pessoas.

O capítulo 3 traz uma discussão acerca da relação entre associativismo e participação política por meio da análise dos indicadores resultantes dos questionários aplicados aos membros das associações comunitárias rurais. Para tanto, conceitos-chaves como confiança, sofisticação política e preferência partidária foram essenciais na construção da análise desses dados.

No capítulo 4 preocupou-se em mostrar canais de participação política alternativos utilizados pelos membros pesquisados das associações comunitárias rurais no intuito de interferir de modo efetivo nas questões públicas. Além disso, as diferentes percepções dos agentes sociais acerca dos últimos acontecimentos políticos ocorridos no país e no município estudado, e a percepção dos representantes das entidades acerca do rebatimento das ações das associações na comunidade e na vida das pessoas são apresentados no capítulo.

Nas considerações finais, aborda-se as reflexões gerais acerca da cultura política presente nas associações comunitárias rurais e seu rebatimento sobre o envolvimento dos diversos agentes sociais em canais formais e informais de participação política. Além disso, busca-se testar a hipótese norteadora da pesquisa no sentido e ratificar a existência ou não de atributos democráticos presentes nas organizações pesquisadas.

2 PRINCIPAIS TEORIAS DA DEMOCRACIA

2.1 Os gregos e a democracia

O termo *demokratía*¹ surgiu na Antiguidade clássica, em Atenas, na Grécia, para intitular a forma de governo que caracterizava a administração política dos interesses coletivos dos habitantes da pólis². Entretanto, num período de vida tão longo o conceito de democracia adquiriu novos significados de acordo a diferentes contextos históricos. Sartori (1994) faz uma análise do aprimoramento da concepção de democracia numa perspectiva histórica, e chama atenção para as mudanças que envolvem esse conceito tão discutido por diversos segmentos da sociedade, sejam especialistas ou não.

Na Antiguidade, “a democracia direta era um sistema onde todos cidadãos discutiam e votavam diretamente as questões relacionadas aos problemas da polis” (PIERINI, 2008, p.129). Nas pequenas cidades democráticas da Grécia as assembleias populares reuniam os cidadãos na ágora, local este onde as mais diversas questões políticas e sociais eram abordadas com a participação de todos os cidadãos. Além de espaço de participação política a ágora também possuía finalidades religiosas e comerciais.

“A democracia para os antigos significava o que a palavra designa literalmente, poder do *demos* (povo) e não, como hoje, poder dos representantes” (OBER, 2001, p.192). Contudo, mesmo considerando a relevância dos ensinamentos democráticos da Antiguidade para o pensamento político moderno, é importante salientar que na democracia grega o exercício de opinião e decisão política estavam limitados a uma parcela específica da população, ou seja, mulheres, escravos e estrangeiros não eram compreendidos enquanto cidadãos detentores de direitos civis e políticos.

Mesmo tendo existido em um pequeno espaço geográfico e entre uma quantidade pequena de pessoas, a experiência da democracia grega alcançou grande importância ao

¹Afirma-se com frequência que Heródoto foi o primeiro a usar o termo democracia. O termo não aparece em seu texto, apenas em suas traduções. Mas nele encontramos de fato uma sociedade política comandada pelo *demos* ou por muitos, em nítido contraste com a monarquia ou a oligarquia (SARTORI, 1994, p.52).

² Modelo das antigas cidades gregas, desde o período arcaico até o período clássico, vindo perder importância a partir do domínio romano (SARTORI, 1994, p.55).

viabilizar um sistema político no qual garantia a soberania popular por meio da participação direta dos cidadãos no que diz respeito às diversas questões das cidades-democráticas.

Vilani (1997) destaca que a polis grega com seus ideais de liberdade, igualdade e respeito pelas leis, tem sido considerada fonte de inspiração para o pensamento democrático moderno. Por outro lado, para a autora mesmo que as ideias do pensamento democrático clássico permaneçam no núcleo do ideal democrático moderno, cabe atentar para o fato de que, embora existam relevâncias teóricas e práticas na antiga democracia, a concepção moderna distanciou-se dos ideais antigos e adquiriu diversos outros significados e valores.

Quadro 03 - Aspectos relacionados a democracia grega e moderna

Aspectos	Democracia Antiga	Democracia Moderna
Temporalidade	O termo democracia originou-se do grego antigo (demokratía) no século V a.C. para denotar os sistemas políticos então existentes nas cidades democráticas gregas, principalmente Atenas.	A concepção moderna de democracia surgiu a partir do século XVIII, com as revoluções burguesas que derrubaram as monarquias absolutistas. As principais referências são a Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789.
Pressupostos	<ul style="list-style-type: none"> • Participação direta • Apenas homens livres eram considerados cidadãos • Sociedade Escravocrata 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação indireta • Divisão do poder • Sufrágio Universal
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Participação dos “cidadãos” nas questões coletivas 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do conceito de cidadania • Redução das disparidades socioeconômicas
Valores	<ul style="list-style-type: none"> • Liberdade para os “cidadãos” (excluídos os estrangeiros, as mulheres e os escravos); • Isonomia (igualdade ante a lei); • Isegoría (igualdade no uso da palavra); • Isocracia (igualdade ao acesso ao poder); 	<ul style="list-style-type: none"> • Igualdade de condições e liberdade individual; • Pluralismo político; • Cidadania; • Soberania; • Defesa dos Direitos Humanos

Elaboração: Martinez Santos Martins, 2019

Portanto, “a diferença entre as democracias grega e moderna não é apenas de natureza geográfica e demográfica, mas também uma diferença de objetivos, crenças e valores” (SARTORI, 1994, p.36). Na Modernidade, os cidadãos almejam uma

democracia bem diferente daquela desejada pelos gregos, visto que as concepções acerca do ideal de liberdade incorporaram outros direitos individuais e coletivos que não eram cogitados na Antiguidade.

Para os polites³, a distinção entre a esfera pública e a esfera privada era desconhecida, isto é, o conceito de homem e cidadão significavam exatamente a mesma coisa. Somente na concepção moderna de democracia sob influência do liberalismo é que acontece a dissociação entre indivíduo e sociedade e o aparecimento do individualismo baseado na igualdade e liberdade. (SARTORI, 1994). Nesse sentido, o individualismo é a fase marcada por uma expansiva autonomia do homem em reação a vida social, portanto, algo ignorado pelos cidadãos gregos.

Contrariamente à concepção individualista moderna marcada pela separação entre indivíduo e sociedade, em Atenas, o cidadão que não se importava com as questões coletivas e preocupava-se tão somente com a vida pessoal era denominado pela palavra grega idiótes. Esta expressão “significava aquele que não era polites, um não-cidadão e, por isso, um homem vulgar, sem valor, ignorante, que se preocupava apenas consigo mesmo” (SARTORI, 1994, p.43). Da mesma forma, o livre-arbítrio era uma possibilidade desconhecida também da Antiguidade clássica, a liberdade era um conceito exclusivamente político. Ser livre era sinônimo de poder participar efetivamente das decisões da polis, portanto, da vida política.

Na modernidade, a dimensão do espaço geográfico é outro, e a democracia passou a ser realizada em um Estado-nacional, o que levou ao surgimento de novas instituições políticas e, conseqüentemente, tornou-se impossível o exercício da democracia direta pelos cidadãos como era realizado nas pequenas cidades da Grécia.

Nesse contexto, convergiu no pensamento político moderno a ideia de que a única forma de democracia possível seria um governo representativo (SCHUMPETER, 1961; SARTORI, 1994; DAHL, 2005). Diferentemente da Antiguidade, na democracia moderna quem toma a decisão são os representantes dos cidadãos. Hoje, quando se fala em democracia, está falando de um “governo representativo de um Estado constitucional e das garantias das liberdades individuais” (VILANI, 1997, p.38).

³ Expressão grega utilizada para intitular os cidadãos, ou seja, aqueles que tinham o direito de participar ativamente da vida política da polis (SARTORI, 1994, 52).

Nos regimes democráticos ocidentais, o ato de governar e legislar é delegado a um grupo restrito de representantes eleitos por períodos limitados, direta ou indiretamente pelos cidadãos (SANTOS, 1994). A soberania do povo se dá por meio dos representantes que pelo povo são eleitos, ou seja, a escolha dos representantes é feita por meio do voto direto pelos eleitores legalmente alistados de acordo com as regras e critérios estabelecidos pela justiça eleitoral.

O Estado liberal é o pressuposto não só histórico, mas também jurídico do Estado democrático. Estado liberal e Estado democrático são interdependentes em dois modos: na direção que vai do liberalismo à democracia, no sentido de que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático, e na direção oposta que vai da democracia ao liberalismo, no sentido de que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais. Em outras palavras: é pouco provável que um Estado não liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia e de outra parte é pouco provável que um Estado não democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais. A prova histórica desta interdependência está no fato de que Estado liberal e Estado democrático, quando caem, caem juntos (BOBBIO, 1988, p. 32-33).

Para Bobbio (1988) a democracia moderna nasceu de uma concepção individualista da sociedade, segundo a qual a ação individual ganha importância e a realidade social é vista como resultado da interação dos indivíduos que a modifica de acordo com seus interesses. Enquanto para os modernos o ser humano particular com seus interesses e necessidades tornou-se o máximo valor na constituição das instituições sociais, “para os antigos, o ideal comum impunha-se a todos e o indivíduo é visto, sobretudo, como parte do órgão coletivo do corpo social” (VILANI, 1997, p.40).

O Liberalismo e a democracia repousariam, ambos, sobre uma concepção individualista de sociedade, considerando os direitos da pessoa – a liberdade de opinião, de expressão, de reunião, de associação – como de origem liberal, ficando cristalizados e garantidos na democracia moderna, com o reconhecimento constitucional de direitos "invioláveis" do indivíduo (VITULLO e SCAVO, 2014, p.91).

Portanto, a liberdade individual e a igualdade de condições são consideradas os principais valores democráticos e os princípios que sustentam essa forma de governo no pensamento político moderno. O Estado democrático é concebido com o objetivo de

garantir certos direitos fundamentais à cidadania, geralmente divididos em direitos civis, políticos e sociais (SARTORI, 1994; VILANI, 1997; CARVALHO, 2014).

Entre os direitos civis estão o direito de ir e vir, de dispor do próprio corpo, o direito à vida, a liberdade de associação, de reunião, igualdade perante a lei, não ser julgado fora de um processo regular e proteção contra a prisão arbitrária. Os direitos de votar e de ser eleito para um cargo no governo são exemplos de direitos políticos. Já os direitos sociais são aqueles relacionados à educação, saúde, alimentação, moradia, transporte, segurança e lazer.

Cientistas políticos (SCHUMPETER, 1961; SARTORI, 1994; DAHL, 2005) consideram a democracia representativa como o regime político mais eficaz para promover liberdade e garantir direitos para os cidadãos de modo igualitário. Sob outro ponto de vista, existe uma série de críticas à democracia representativa no que tange ao alcance da representatividade e a ineficiência em atender às demandas e necessidades dos diferentes segmentos sociais.

Baquero (2007) destaca que ao longo do tempo houve um abandono por parte dos representantes dos ideais democráticos, e que por outro lado, observa-se a incongruência entre regimes democráticos e os índices crescentes de desigualdade social, pobreza e corrupção. Ainda de acordo com o autor, persiste uma forte tendência em avaliar a democracia mais em termos formais que substanciais, ou seja, como um conjunto de instituições, direitos e práticas que garantam um bom funcionamento do processo eleitoral para a tomada de decisões coletivas – as regras do jogo político.

A democracia representativa seria um sistema regularizado de eleições periódicas, com uma livre escolha de candidatos, sufrágio universal para adultos, oportunidade de organização de partidos políticos concorrentes, decisões majoritárias a par de salvaguardas para a proteção dos direitos das minorias, Judiciário independente do Executivo e garantias constitucionais para as liberdades civis fundamentais. (PIERINI, 2008, p.90).

Em meio às discussões teóricas acerca da crise de representatividade política nos países de democracia recentes, como no caso do Brasil, uma das questões que se coloca em debate é de que forma o pensamento clássico e as práticas de democracia direta podem contribuir para o aperfeiçoamento e consolidação dos regimes democráticos atuais. Isto

é, como superar os limites da democracia institucional-formal e fomentar uma maior participação dos atores sociais nas decisões políticas, garantindo maior liberdade, participação e conseqüentemente maior justiça social.

As teorias procedimental e participativa de democracia que para alguns teóricos são compreendidas enquanto perspectivas concorrentes, para outros, elas buscam dar conta da complexidade dos diferentes sistemas políticos adotados no mundo, e lançam mão de princípios que contribuem para fomentar e garantir uma maior participação política dos cidadãos de modo incisivo nas questões políticas.

2.2 Teoria da democracia procedimental

A democracia procedimental é uma teoria política desenvolvida na segunda metade do século XX, que argumenta que nas democracias modernas é praticamente impossível que todos os cidadãos possam participar ativamente da política. Nesse sentido, a democracia procedimental é compreendida enquanto método que estabelece procedimentos que garantam por meio de um arcabouço jurídico regras que possibilitem aos cidadãos participarem das eleições periódicas em um determinado sistema político democrático.

Também chamada de institucional, a percepção procedimental da democracia é entendida como uma forma de governo, ou seja, é um mecanismo capaz de criar uma determinada ordem jurídica que garanta a competição legítima e regule as regras do jogo nas disputas políticas. Portanto, trata-se de uma visão particularmente atrelada ao positivismo jurídico, em que a fonte estrutural da ordem jurídica é o poder (CAMPOS, 2017).

A dificuldade em definir o termo democracia levou alguns pensadores a enfatizar a definição institucional de democracia. Os principais expoentes dessa corrente de pensamento são Schumpeter (1961), Sartori (1994) e Dahl (2005). Suas concepções sobre a democracia limitam a participação popular e minimizam o processo democrático ao ato de votar. O pensamento dos autores citados opõe-se parcialmente à democracia participativa e filia-se à chamada teoria das elites.

Os principais formuladores da teoria elitista (MICHELS, 1982; PARETO, 1984; MOSCA, 1992) ratificam a impossibilidade da democracia nos termos gregos, com a

participação de todos os cidadãos. Para os elitistas, a dominação das maiorias seria inevitável, tornando a democracia, no sentido clássico, uma prática impossível de concretização. Portanto, a teoria elitista sustenta que a democracia só pode funcionar e sobreviver sob uma oligarquia de políticos e burocratas profissionais, e que a participação popular deve ser restrita a eleições eventuais (SCHUMPETER, 1961).

Pareto (1984) utiliza a palavra elite para designar a categoria de pessoas que alcançam os níveis mais altos em seu ramo de atividade. Admite a existência de várias elites: as da riqueza, as do talento artístico, as do prestígio social e as da glória militar. Todas as elites foram agrupadas por ele em dois tipos: a elite governante, que exerce o poder ou participa direta ou indiretamente do governo e a elite não governante, portanto, detentora de status social e/ou econômico.

Portanto, Pareto (1984) argumenta que os objetivos igualitários da democracia são impraticáveis, sendo a desigualdade na sociedade inevitável, pois sempre existirá uma minoria dirigente e uma maioria dirigida. Essa visão tornou-se a base da concepção dominante de democracia no século XX, sobretudo a partir da teoria de Schumpeter, publicada em 1942, em “Capitalismo, Sociologia e Democracia” (MIGUEL, 2002).

Nesse sentido, a teoria procedimental, defende que, além do direito de voto, a seleção dos representantes políticos deve ocorrer a partir de um processo eleitoral livre, isto é, competitivo. Em outras palavras, tais procedimentos devem ser assegurados por instituições competentes, geralmente pela Justiça Eleitoral. Para Sartori (1994) trata-se de um conceito operacional bastante útil para classificar e avaliar diferentes formas de governos democráticos nos mais distintos contextos sociais.

Com base nessa definição, segundo Sartori (1994) é possível comparar os governos e estabelecer graus de democratização em diferentes contextos político-social. Nessa concepção de democracia, pode argumentar também que um sistema político é mais democrático quando o direito de voto é garantido a todos os cidadãos que atendam aos critérios estabelecidos por lei, e existam eleições livres e competitivas, que permitam que os grupos políticos concorrentes tenham iguais chances de chegar ao poder (SCHUMPETER, 1961).

Na mesma direção, Dalh (2005) um dos principais representantes da teoria pluralista da democracia, argumenta que a democracia é um ideal impossível de se realizar na prática. O que existe, segundo o autor são “práticas reais” ou “poliarquias”, ou

melhor, combinações de lideranças com controle dos não líderes sobre líderes, regimes cujos atos apresentam uma correspondência com os desejos de muitos de seus cidadãos durante um longo período (BAQUERO, 2008)

Portanto, no pensamento dos três autores (Schumpeter, 1961; Sartori, 1994; Dahl, 2005) a concepção de democracia constitui-se em torno de regras e procedimentos que garantam e assegurem as regras do jogo democrático. No entanto, essas definições processuais são consideradas por alguns teóricos (AVELAR, 2007; BAQUERO, 2008; BONAVIDES, 2010) como “minimalista”, por levar em consideração apenas os requisitos mínimos que permitem estabelecer distinções entre os sistemas políticos, com base em dois critérios: o direito de voto e eleições livres.

A crítica que os defensores da concepção participativa da democracia (AVELAR, 2007; BAQUERO, 2008; BONAVIDES, 2010) fazem diz respeito a participação dos eleitores para além das eleições periódicas. A literatura afirma que uma participação factual é fundamental para a construção e fortalecimento da democracia. A redução dessa participação levaria uma total perda do ideal democrático que tem como princípio básico um maior envolvimento de pessoas de diferentes segmentos sociais nas decisões políticas.

Baquero (2008) argumenta que a engenharia institucional com base em regras e procedimentos são importantes para manutenção e organização do sistema eleitoral em qualquer contexto que se adote, entretanto, a participação política dos cidadãos também se configura enquanto elemento fundamental para consolidação e aperfeiçoamento do regime democrático. Nesse sentido, limitar a democracia a procedimentos jurídicos e a participação ao ato sazonal de votar esvaziaria significativamente o sentido de democracia, o que poderia levar a um regime oligárquico com procedimentos democráticos.

Atualmente, a crítica que se coloca acerca das democracias modernas, em especial as democracias latino-americanas, diz respeito aos limites presentes na perspectiva formal de democracia defendida pela corrente elitista (CAMPOS, 20017). É inegável a importância da engenharia institucional para que de fato a vida num regime democrático possa ser desenvolvida dentro das leis e dos parâmetros legais. Entretanto, cientistas políticos (AMORIM, 2011; BONIFÁCIO, 2012; CAMPOS, 2017) defensores da teoria da democracia participativa, afirmam que as regras do jogo político são insuficientes para explicar toda a realidade que envolve um sistema político democrático e seus objetivos

no que diz respeito no atendimento e solução dos problemas sociais e econômicos de uma sociedade.

Embora nos últimos anos, no Brasil, tenha se institucionalizado uma linha de pensamento que argumenta que vivemos um ciclo virtuoso de democracia, com regras e procedimentos que regulam a vida política, eleições regulares, pluripartidarismo e eleições transparentes, seria um equívoco sugerir que uma teoria democrática, assentada em aspectos procedimentais, seja suficiente para explicar a complexidade do processo político (BAQUERO, 2007, p.381)

Baquero (2007) chama atenção e faz uma crítica a teoria procedimental ao atribuir um peso demasiadamente grande as regras, instituições e procedimentos; e defende que a característica marcante de uma democracia plena é o alto grau de envolvimento dos cidadãos na arena de decisão política. Ainda de acordo com mesmo autor, a democracia é um regime político que tem como princípio básico filosófico a necessidade de que todos os cidadãos participem igualmente da vida política, seja diretamente ou através de representantes eleitos, na proposta, do desenvolvimento e na criação de leis, exercendo o poder da governança através do sufrágio universal.

A Ciência Política de modo geral, tem buscado compreender e explicar em especial o paradigma dos regimes democráticos recentes que tem convivido com problemas que vão desde altos índices de corrupção envolvendo políticos e instituições mediadoras da democracia, falta de confiança, apatia política e a não redução das desigualdades e injustiça social.

Por muito tempo, a literatura considerou a democracia representativa como o regime político mais eficaz e possível para a realidade moderna para promover maior liberdade e garantir direitos com o mínimo de abuso de poder político. Por outro lado, existe uma série de críticas à democracia representativa que constata a existência de uma crise de representação nas democracias recentes, como no caso do Brasil. Os defensores dessa linha de pensamento defendem que houve um abandono das ideias democráticas nas mãos de representantes que não se preocupam de fato com as questões pública; e que diante da crise de representação surge a necessidade de aprimoramento das ideias democráticas e a busca por novos canais de participação que garantam um envolvimento efetivo dos atores sociais e a consolidação da democracia.

A teoria da democracia participativa tem defendido que as instituições mediadoras da democracia regulamentem mecanismos institucionais para que diferentes segmentos sociais possam participar ativamente da política. Do mesmo modo, defende que a sociedade civil construa novos arranjos de possibilidades que viabilizem um maior controle social. Nesse sentido, o intuito é que a democracia não se limite apenas a escolha de representantes em eleições periódicas sob um regime jurídico de regras e procedimentos, mas que exista por parte da sociedade civil um envolvimento factual para além da representação política.

2.3 Teoria da democracia participativa

A literatura política normalmente define a teoria procedimental e a teoria participativa como antagônicas, entretanto, para Baquero (2007) as duas acepções de democracia são perspectivas teóricas que em algum momento convergem e que dão conta de explicar a complexidade de teorização e prática dos diferentes sistemas democráticos no mundo.

Se por um lado, o ideal moderno de democracia postula um maior envolvimento dos agentes sociais nas decisões políticas, por outro, torna-se indispensável a estruturação de um aparato jurídico que regule o estabelecimento de regras que possibilitem e garantam a efetivação desse envolvimento – democracia procedimental.

As democracias modernas supõem o envolvimento dos cidadãos em diferentes atividades da vida política. De acordo com Avelar (2007) tais atividades, reunidas sob a expressão participação política, vão desde a mais simples, como as conversas com amigos e familiares sobre os acontecimentos políticos locais, nacionais e internacionais, até as mais complexas, como fazer parte de governos, mobilizar pessoas para protestar contra autoridades políticas, associar-se em grupos e movimentos para reivindicar direitos, envolver-se nas atividades da política eleitoral, votar, candidatar-se, pressionar autoridades para mudanças nas regras constitucionais, para favorecer grupos de interesse os mais diversos, e mais uma diversidade de atividades que circula o universo da política. Amorim (2011) distingue dois tipos de participação política:

1. A tradicional ou convencional, inclui o ato de votar em eleições, plebiscitos e referendos, de participar em campanha política e trabalhar

em pró da resolução de problemas individuais e ou comunitários, através do contato direto com representantes eleitos. São atividades ligadas aos mecanismos governamentais de tomada de decisões.

2. Por sua vez, a participação política não convencional caracteriza-se por ações e atividades fora dos canais da arena institucional, que tem por objetivo exercer pressão sobre as políticas governamentais. As manifestações e protestos, petições encaminhadas a órgãos públicos, doação de dinheiro para ONG's, participação em movimentos feministas, ambientalistas e de defesa dos direitos humanos e boicotes de produtos em supermercados são algumas das ações apontadas pela literatura como nova forma de participação e de ativismo político. (AMORIM, 2011, p.13)

As Ciências Sociais, de modo geral, têm se debruçando sobre a questão da participação política na tentativa de apreender suas formas de concretização, seus valores e suas lógicas. Do ponto de vista da Ciência Política, observa-se novas experiências de participação (conselhos gestores, associações comunitárias, organizações não governamentais, orçamentos participativos) que vão além das tradicionais formas de participação política restritas ao sufrágio universal e representação parlamentar. Esses novos canais de participação política têm possibilitado a criação de mecanismos de intermediação entre o Estado e a sociedade civil, ou seja, aproximando pessoas e diferentes segmentos sociais organizados da elaboração, implantação e fiscalização de políticas públicas.

Avelar (2007) afirma que a participação abrange um universo diferenciado de manifestações empíricas, e que sempre haverá dificuldades na sistematização de todo o seu repertório nas democracias modernas. A autora distingue em três grandes vias os canais de participação:

- 1) *Canal eleitoral*, que abrange todo tipo de participação eleitoral e partidária, conforme as regras constitucionais e do sistema eleitoral adotado em cada país;
- 2) *Canais corporativos*, que são instâncias intermediárias de organização de categorias e associações de classe para defender seus interesses no âmbito fechado dos governos e do sistema estatal;
- 3) *Canal organizacional*, que consiste em formas de organizações coletivas no âmbito da sociedade civil, como os movimentos sociais, as subculturas políticas, as atividades das organizações não governamentais de natureza cívica, experiências de gestão pública em parceria com grupos organizados da sociedade, como o orçamento participativo, os conselhos gestores etc. (AVELAR, 2007. p.273)

A insatisfação com as vias de participação política dentro da estrutura institucional do Estado, fez com que surgissem novos canais de participação que garantissem um maior envolvimento dos cidadãos com as questões públicas, ampliando assim, o conceito de democracia participativa. O canal organizacional é um exemplo de novos arranjos políticos que tem surgido principalmente em países de democracia consolidada tais como Estados Unidos e alguns países da Europa. Grupos sociais específicos com elementos culturais próprios têm estabelecido e fortalecido uma subcultura desviante relativamente ao padrão cultural dominante imposto pelas elites que tem uma influência sócio-política e econômica decisiva.

Bonifácio (2012) chama atenção para o fato da participação política ser um termo bastante popular no linguajar dos políticos, estudiosos e da população em geral, portanto, dotado de polissemia. Figueiredo (1991) e Avelar (2007) argumentam que as primeiras pesquisas empíricas reduziam as formas de participação às atividades eleitorais e partidária, como votar, frequentar reuniões de partidos, convencer pessoas a optar por certos candidatos, entre outras atividades estritamente ligada a estrutura do Estado.

Na perspectiva da democracia participativa, a participação política vai além das atividades voltadas para as eleições periódicas, incluindo o trabalho coletivo para resolver problemas não tratados pelos governos. Nesse sentido, em termos teóricos, o conceito de participação política foi definido na presente pesquisa numa perspectiva ampla que vai além dos canais formais e/ou institucionais de participação, abrangendo também os canais não convencionais como por exemplo as associações comunitárias.

A associação é vista como uma forma de se alcançar objetivos coletivamente, uma vez que, individualmente, consegui-los seria difícil. Nessa perspectiva, o associativismo figura como uma possibilidade de resolução de problemas ou de melhoria das condições de vida (SANTOS, 2010, p.35)

Portanto, o associativismo significa a possibilidade de envolvimento direto dos cidadãos nos procedimentos de tomada de decisão. E a democracia participativa configura-se enquanto regime político onde se pretende que existem mecanismos de controle exercidos pela sociedade civil sobre a administração pública, não se reduzindo tão somente ao papel democrático de comparecimento nas eleições.

De acordo com Cunningham (2009) a democracia foi esvaziada ao longo dos tempos, e foi reduzida a mera escolha de dirigentes, sem participação efetiva da sociedade civil organizada na administração de seus respectivos governos. Por outro lado, um exemplo de democracia participativa citado por Baquero (2008) é o orçamento participativo (OP), que tem o intuito de submeter o destino de parte dos recursos públicos à consulta pública, através de reuniões comunitárias abertas a todos os cidadãos.

A noção de participação política dos teóricos da corrente democrática participativa (RENNÓ, 2001; AVELAR, 2007; BAQUERO, 2008; AMORIM, 2011) tem seu pilar na concepção do pensamento de Rousseau (1997) de que os fundamentos do poder político emanam diretamente do povo. Para Amorim (2004) só haverá democracia participativa quando existir participação política efetiva, ou seja, sempre que houver formas de o cidadão participar, decidindo, debatendo, direta ou indiretamente, por meio de organizações em que se insira, dentro de uma diversidade de instituições.

Portanto, a qualidade da democracia pode ser medida também partir do nível de participação política encontrado em uma determinada sociedade. A democracia moderna requer uma cidadania ativa que se envolva na política por meio de mecanismos formais/institucionais e informais como, por exemplo, as associações comunitárias. Sem a participação popular no processo de construção da democracia participativa, esta perde em legitimidade, mantendo simplesmente sua dimensão formal ou institucional (BAQUERO, 2008)

Carreirão (2011) destaca que pesquisas recentes sobre o tema confiança tem apontado para uma verdadeira síndrome de desconfiança de dimensões globais. A expansão de sistemas democráticos como forma de governo, no que Huntington (1991) denominou de “terceira onda”, tem convivido com manifestações de desconfiança crescente dos cidadãos em relação às principais instituições dessa forma de governo (RIBEIRO, 2011)

Para Ribeiro (2000) a crise da desconfiança é uma realidade tanto de países com democracias consolidadas quanto de países de democracias recentes. Nessa perspectiva, os índices altíssimos de desconfiança tanto interpessoal quanto institucional citados por Carreirão (2011) estariam intimamente ligados aos escândalos de corrupção e principalmente a incapacidade das instituições mediadoras da democracia de atenderem os anseios da população.

Ribeiro (2011) argumenta que se existe um grau de consenso acerca desse quadro geral de descrédito institucional, o mesmo não ocorre acerca das explicações para tal problemática. Dentre as explicações mais recentes para do fenômeno da desconfiança generalizada, tem destacado a formulada por Inglehart (2002, p.16) ao afirmar que “as democracias ocidentais estariam desenvolvendo-se como parte de um fenômeno maior de mudanças nas prioridades valorativas individuais em direção à valorização da auto expressão e do bem-estar subjetivo”.

Essas mudanças estariam levando os cidadãos a buscarem novas possibilidades de participação política fora do arcabouço institucional. Nessa perspectiva, para Inglehart (2002) as pessoas estariam cada vez mais se engajando em modalidades de ação não convencionais como protestos, boicotes e greves.

Os níveis altos de desconfiança são interpretados por Inglehart (2002) como a manifestação de uma postura crítica em relação às instituições tradicionais, fundamentada em sólida opção pela participação e liberdade de expressão. Ou seja, seria o resultado de um comportamento crítico frente a ineficiência das instituições democráticas. Ao invés de problemática, a baixa confiança institucional seria potencialmente positiva ao processo de aprofundamento democrático (RIBEIRO, 2000)

Por outro lado, Figueiredo (1991) em sua interpretação acerca da mesma problemática, têm defendido que as causas e consequências da redução dos níveis de confiança e participação política nas democracias solidamente estabelecidas seriam distintas daquelas que poderiam explicar o mesmo processo nos novos regimes democráticos.

Para Ribeiro (2000) se nas democracias consolidadas a percepção do surgimento de uma cultura política crítica faz sentido, no caso de países democracia recentes, como caso do Brasil, o argumento não se sustenta. De acordo com o mesmo autor “nas recentes democracias, a desilusão e a insatisfação com o real funcionamento da democracia é que determinaria os níveis de confiança manifestos pelos cidadãos em relação às instituições” (RIBEIRO, 2000, p.51).

A partir dessa perspectiva crítica, compreende que a baixa confiança institucional verificada entre os cidadãos é consequência direta de seguidas avaliações negativas sobre o desenvolvimento concreto da democracia, o funcionamento de suas instituições e a

atuação dos políticos em não atender os anseios e demandas da população que eles deveriam representar.

Em consonância com a presente análise, Amorim (2011) argumenta que a ineficiência da maioria dos regimes implementados no atendimento das expectativas, sobretudo nas áreas econômicas e sociais, levou gradualmente ao desinteresse, ceticismo e apatia com relação ao sistema político, o que aparece claramente nas atuais taxas de confiança depositadas em instituições fundamentais de um regime democrático como Congresso Nacional e partidos políticos.

Portanto, a desconfiança nas democracias recentes não poderia ser considerada resultado de uma mudança cultural produzida pela emergência de gerações de indivíduos socializados em contextos socioeconômicos mais favoráveis, mas sim efeito da desilusão em relação ao sistema político concretamente existente e, principalmente, ao desempenho de suas instituições. Sem a confiança interpessoal e institucional as chances de mobilização coletiva diminuem e sem a participação política dos cidadãos o que resta é somente a democracia procedimental, o que conseqüentemente geraria total fragilidade do regime político (BAQUERO, 2008).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a democracia se fortalece quando os cidadãos mostram preocupação e devoção a questões pública, portanto, coletivas. A relação entre cultura política, associativismo e participação política também é estreitamente direta, são conceitos estritamente interligados e dependentes. É possível argumentar que existe uma relação causal entre cultura cívica e cidadãos com disposições democráticas para se envolverem efetivamente na política.

2.4 Sofisticação política

Um dos campos de análise mais desenvolvido na Ciência Política é o estudo do comportamento eleitoral. Especialistas (CASTRO, 1994; RADMANN, 2001; CARREIRÃO, 2008) tem proposto alternativas teórico-metodológicas para explicar a forma como os eleitores se comportam perante os fenômenos do mundo político e como decidem seu voto.

Dentre as principais teorias construídas para explicar o comportamento eleitoral destaca-se a perspectiva sociológica. A perspectiva sociológica utiliza o princípio macro

de análise e parte do contexto social do eleitor para explicar seus posicionamentos e escolhas em termos eleitorais (CASTRO, 1994; RADMANN, 2001).

Para a sociologia o interesse, envolvimento político e as escolhas individuais são desenvolvidas e resultantes das interações dentro do contexto dos múltiplos grupos sociais.

Os fatores históricos-estruturais e culturais globais formam as características sociais, econômicas e políticas de uma sociedade, gerando determinadas clivagens sociais que se expressam através de partidos específicos, os quais setores do eleitorado se identificam. A participação política dos indivíduos pode ser explicada pelo ambiente sócio econômico e cultural em que vivem e pela inserção em determinados grupos sociais ou categorias demográficas (CASTRO, 1994:11)

Nessa perspectiva, busca-se apreender e explicar de que maneira as pessoas que compartilham as mesmas situações econômicas e sociais se comportam diante das questões políticas. A teoria sociológica defende que pessoas que vivem em condições sociais semelhantes tendem a ter posições e interesses comuns, ou seja, a influência do grupo em que o eleitor participa pode ser importante na explicação das decisões e escolhas eleitorais.

O coletivo social é quem exprime a dinâmica política, não o indivíduo isoladamente. O ato individual, de voto, não é socialmente isolado. Deve ser entendido a partir da noção da interação social. É através das interações sociais que se formam a opinião individuais, as quais, por sua vez, permitem as tomadas de decisões de forma isolada. (ESCÓSSIA e KASTRUP, 2005, p.305).

A perspectiva sociológica vincula a decisão do voto a um processo de coesão grupal, em que os fatos de explicação da ação política estão inseridos no contexto social em que o indivíduo convive. Assim, eleitores em condições sociais semelhantes, sob regime de regras de um estatuto associativo tendem a mesma direção na hora do voto.

Um dos objetivos específicos da presente pesquisa é analisar o grau de sofisticação política dos membros das associações comunitárias rurais. Para tanto, a metodologia adotada seguirá a sugestão de Castro (1994) em medir e relacionar as três dimensões da sofisticação política (interesse, envolvimento e conhecimento). A pretensão é compreender de que maneira os diversos agentes sociais ao fazerem parte de um coletivo de pessoas apreendem os aspectos relacionados à política.

A sofisticação política é um construto que inclui as seguintes dimensões: saliência (que inclui aspectos como interesse e envolvimento político) e conhecimento da política (em geral medido a partir de questões de survey) sobre o governo, personalidades políticas e *issues* políticos diferentes (CASTRO, 1994).

O conceito de saliência inclui aspectos como interesse por política ou por eleições. Por sua vez, o conceito de envolvimento político inclui uma dimensão afetiva, subjetiva, que pode ser medida através de indicadores como preocupação com os acontecimentos políticos e participação em organizações coletivas. O conceito propõe medir conhecimento de política pelo grau de informação do entrevistado sobre questões políticas de modo geral, incluindo o conhecimento sobre personalidades políticas, políticos, estrutura do governo e grupos políticos diversos.

De acordo com a teoria da sofisticação política a grande maioria do eleitorado é desinformada a respeito das propostas dos partidos e candidatos, não tem opinião a dar sobre questões importantes no debate político, tende a atribuir a seus candidatos as qualidades que mais lhe agradam e as opiniões que eventualmente possuem.

Eleitores de baixa sofisticação política tem uma imagem da posição dos candidatos que, para o eleitor informado e atento, poderia ser considerada como distorcida e equivocada. Podem identificar como defensores dos interesses populares candidatos que o eleitor sofisticado dificilmente perceberia dessa maneira (CASTRO, 1994, p.16)

Para Castro (1994) e Radmann (2001) as características do eleitor de baixa sofisticação política podem ser explicadas pelo alto grau de desigualdades e de pobreza numa determinada sociedade. Grande proporção do eleitorado brasileiro tem baixo grau de escolaridade, o que implica maiores deficiências e dificuldades de informação e participação política. Os eleitores mais sofisticados são também mais estruturados na relação entre representação de seus interesses e a escolha de seus candidatos devido maior quantidade de informação sobre as propostas políticas e as posições dos partidos e candidatos (RADMANN, 2001).

Eleitores sofisticados são aqueles que, provavelmente, votam orientados pelas opiniões sobre assuntos diversos e por preferências partidárias baseadas em visão informada a respeito das propostas de

partidos e candidatos. Preferências estas que se relacionam com as posições que o eleitor afirma ter. (RADMANN, 2001, p.43)

Radmann (2001) ressalta que o eleitor sofisticado se destaca por possuir interesse, envolvimento e um nível de conhecimento sobre assuntos diversos e informação a respeito de propostas de candidatos e partidos. Além disso, devido ao repertório de informação possui uma tendência em votar de acordo com as ideias e percepções que afirma ter. Do mesmo modo, por ter preferência partidária o eleitor sofisticado é mais incisivo na participação do processo eleitoral.

A preferência partidária tem sido estudada pela Ciência Política geralmente por meio da comparação entre os partidos, isto é, níveis de preferência uns em relação aos outros. Essa comparação normalmente é medida e avaliada por pesquisa de opinião pública com o objetivo de constatar por parte dos eleitores a predileção, a filiação partidária e a orientação do voto em relação algum partido político específico. Paiva (2007) também destaca que a preferência partidária manifesta pelos eleitores costuma ser pesquisada para examinar a importância dos partidos políticos e seu enraizamento na sociedade enquanto instituições de mediação do regime democrático.

Paiva (2007) utiliza a expressão preferência partidária, por sua vez, Rennó (2000) utiliza do conceito de sentimento partidário. Para esses dois autores o eleitor brasileiro de modo geral não possui de fato uma real ideologia, mas um sentimento ou simpatia que o orienta na hora de fazer suas escolhas dentro do contínuo direita-esquerda.

Essa preferência normalmente é avaliada pelos eleitores pelas qualidades pessoais que acreditam que determinado candidato possui, pela relação de clientelismo ou pela comparação pregressa de gestão. Rennó (2000) afirma que raramente a decisão política está ligado a um sistema articulado de ideias, valores, opiniões e crenças organizados como corrente de pensamento e instrumento de luta política.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o desinteresse e o ceticismo do cidadão trazem como consequência deficiência de informações e o distanciamento em relação ao mundo político. Sem a participação efetiva no cenário político os eleitores escolhem em função da pessoa, o que importa é a imagem que o candidato consegue criar e difundir, em especial nos períodos de campanha política. Portanto, para os autores (RENNÓ, 2000; PAIVA, 2007), de modo geral, no sistema partidário brasileiro não é a ideologia que

explica o comportamento dos eleitores, mas a preferência e simpatia por determinado partido ou candidato específico.

3 ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CAPITAL SOCIAL

3.1 Associativismo e democracia participativa

O pensamento liberal considera a democracia como um procedimento para o estabelecimento e a manutenção de sistemas políticos representativos. Nessa perspectiva, o associativismo teria uma função essencial na manutenção e estabilidade desses sistemas, ao possibilitar a agregação de interesses individuais e a sua expressão na esfera pública, assim como permitiria a educação dos cidadãos para a prática e o convívio democrático (GANANÇA, 2006).

A ação coletiva institucionalizada por meio de associações comunitárias normalmente costuma ser interpretada a partir de duas perspectivas teóricas. Enquanto para teoria liberal as funções estruturantes das associações resumem-se simplesmente a manutenção do sistema político e escola cívica, por outro lado, a perspectiva da democracia participativa defende que a participação política dos cidadãos para além da questão institucional ajuda a influenciar decisões e compartilhar o poder.

Para a teoria participativa ou deliberativa de democracia o associativismo também desempenha um papel relevante na consolidação e manutenção de regimes democráticos, entretanto, para que esta manutenção aconteça é indispensável que o próprio sistema político garanta que a sociedade civil se organize por diferentes meios e canais na defesa e conquista de novos direitos individuais e/ou coletivos.

Nesse sentido, não basta tão somente conservar ou manter um sistema com características quaisquer de democracia. É imprescindível o envolvimento efetivo dos cidadãos e a busca constante por estes do aprimoramento da representação política no sentido de aumentar o controle social sobre os representantes, isto é, ampliando a participação nas decisões políticas e democratizando as estruturas de poder.

Consolidar uma sociedade mais democrática e justa, em nossa opinião, deve ser o objetivo motivador para constituição das associações comunitárias. Assim, as associações, além de servirem como base, em microescala, para o desenvolvimento da democracia, também, aglutinando as pessoas e organizando-as no sentido de buscar uma sociedade com menos injustiça e pobreza (SANTOS, 2010, p.34).

A redução da pobreza e ampliação de reais oportunidades para os segmentos sociais menos favorecidos é um dos princípios defendidos pela teoria participativa de democracia, e que deve ser o norte de qualquer coletivo de pessoas que se organizem em prol de diferentes bandeiras e pautas num regime democrático.

Uma democracia em que exista acentuada desigualdade social e má destituição de recursos e bens materiais perde em qualidade restando tão somente sua perspectiva formal e/ou institucional (BAQUERO, 2008). Nesse sentido, o associativismo pode ser um forte instrumento político, tanto para consolidar sistemas políticos, quanto para promover transformações reais de melhoria das condições de vida das pessoas.

Diante das diversas contradições socioeconômicas impostas pelo sistema de produção capitalista, diferentes agentes sociais organizados coletivamente em Organizações da Sociedade Civil buscam garantir uma maior interferência nas diversas questões políticas, afim de que as demandas sociais possam ser atendidas pelo poder público.

Este foi e continua a ser um papel desempenhado por movimentos sociais ao longo da história do Brasil na luta por melhores condições de vida, na defesa dos direitos humanos, por liberdade de expressão durante forte repressão do regime militar inaugurado em 1964, na luta pela reforma agrária, contra o racismo e na defesa de tantas outras causas que nascem da insatisfação da sociedade civil como consequência da ineficiência do Estado.

A instabilidade política vivida entre os anos de 1964 e 1985 em decorrência do regime militar configura-se enquanto um momento importante para analisar a participação dos movimentos sociais que surgiram naquele momento na luta por maior liberdade e participação política nas decisões e escolha de representantes políticos.

Luchmann (2012) argumenta que em oposição à ditadura civil militar implantada em 1964 o associativismo no Brasil ganhou maior relevância com o processo de mobilização dos movimentos sociais na década de 1980. Depois de 21 anos de regime ditatorial, sustentada pela repressão, vigilância dos meios de comunicação e quase nenhuma possibilidade de liberdade de expressão, a luta pela redemocratização mobilizou diferentes segmentos e instituições da sociedade civil, entre os quais podemos citar: a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Sociedade Brasileira para o Progresso da

Ciência (SBPC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Igreja Católica, movimentos feministas, entre outros. (MOLINA, 2015).

Para Costa (1987) é na proeminência da crise do Estado capitalista monopolista e do regime político autoritário implantado em 1964, que os movimentos sociais emergem com solidez no cenário urbano brasileiro, constituindo novas forças políticas que se articulam e reativam a sociedade civil. Neste período, a sociedade civil estava voltada para reivindicação de direitos intimamente ligados ao conceito de cidadania, tais quais direitos políticos, econômicos e sociais.

Os movimentos sociais se constituíram em elementos de grande relevância na história das conquistas sociais em nosso país. Assim, eles nascem da iniciativa popular, cujo objetivo tem origem e é motivado pelas mazelas ocorridas no interior da sociedade seja pela implantação de um regime autoritário, seja entre o universo do capital em detrimento ao trabalho, pela exclusão de certos grupos sociais, pela assimetria de gênero e de raça, dentre outros destemperos. (MOLINA, 2015, p.28).

O processo de luta pela redemocratização do país revela um momento importante da história do Brasil para refletir acerca do surgimento, atuação e relevância dos diferentes grupos e instituições da sociedade civil na luta contra o autoritarismo imposto pelo regime ditatorial. É um importante período para pensar como se estruturou a mobilização da população em meio a um ambiente político cheio de contradições econômicas e sociais.

Molina (2015) destaca que os movimentos sociais tiveram um papel relevante de resistência desde o início do golpe de 64, participaram ativamente por meio de diferentes formas como debates e manifestações públicas organizados pelo movimento estudantil, sindical, entre outros. Do mesmo modo, Silveira (2000) ressalta que a apesar de os indicadores socioeconômicos serem desabonadores nos anos 80, esta década revelou virtuosa do ponto de vista político com o aumento da participação da sociedade civil nas questões públicas.

Os movimentos sociais dos anos 70-80 vinham ancorados na crítica aos movimentos da fase anterior ao golpe militar, cuja sujeição à tutela dos partidos e dos sindicatos, bem como à manipulação do poder público instituído, através de seus políticos populistas era tida com razão do fracasso dos trabalhadores e dos setores populares, de modo geral, em

resistir à reação ao processo revolucionário que se desenhava e que foi interrompido pelo golpe. (SILVEIRA, 2000, p. 89-90).

Dessa forma, no período anterior ao golpe de 64 os movimentos sociais não tiveram uma grande importância devido a sua forte ligação com práticas clientelistas. Conseqüentemente, os movimentos sociais daquele período não trouxeram importantes mudanças para questões sociais do país. Muitas organizações civis, em especial os sindicatos, estavam estritamente ligados e controlados pelo poder institucional. Por outro lado, nos anos 80 os movimentos sociais cresceram bastante, inserindo suas demandas e visões na construção da Constituição Federal de 1988.

Dados mais recentes sobre as OSCs no Brasil revelam que no país tem 290.692 associações sem fins lucrativos e fundações privadas de interesse público. Onde se constatou: religião 82.853; Associações patronais e profissionais 44.939; assistência social 30.414; desenvolvimento e defesa de direitos 42.463; cultura e recreação 36.921; educação e pesquisa 17.664; saúde 6.029; meio ambiente e proteção animal 2.242; habitação 292; outras instituições privadas sem fins lucrativos 26.875 (CÁRITAS, 2018).

A prática do ativismo civil por meio da participação dos indivíduos em movimentos associativos tem demonstrado impactos importantes sobre propostas e política públicas elaboradas com a participação política (CARLOS, 2006). As organizações da sociedade civil são formadas por um grande grupo de pessoas que se reúnem em busca de realização de um objetivo comum. Como essas organizações não visam lucro, seus resultados financeiros acabam sendo socializados entre os participantes ou utilizados na compra bens materiais para própria entidade. No Brasil, as Organizações da Sociedade Civil exercem uma diversidade de atividades de interesse coletivo geralmente atuam nas áreas sociais, ambientais e assistenciais.

Em Feira de Santana existe uma considerável discrepância em termos do número de Organizações da Sociedade Civil registradas em diferentes órgãos e instituições públicas devido ao uso indevido dessas organizações. Existem as que normalmente são chamadas de associação de papel, ou seja, não tem atividade no dia a dia, sendo utilizadas apenas para conseguir algum benefício junto aos órgãos públicos principalmente em ano eleitoral (SANTOS, 2010).

Atualmente, de acordo com a FAMFS cerca de 39 associações comunitárias estão em distritos e comunidades rurais de Feira de Santana. No meio rural o associativismo comunitário funciona como uma alternativa na viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores uma maior participação política e envolvimento nas questões públicas. É nesse contexto que as associações comunitárias e seus diversos agentes sociais tem por meio dos grupos organizados buscado uma maior visibilidade e envolvimento nas políticas direcionadas a população do campo.

Em Feira de Santana o Movimento de Organização Comunitária (MOC) destaca-se por seus trabalhos sociais em bairros da periferia da cidade e nas comunidades rurais em parceria com igrejas. Um dos principais objetivos do Movimento é despertar e empoderar cidadãos na busca por seus direitos.

O Movimento de Organização Comunitária surge como um braço da Igreja Católica em seu trabalho social ainda em 1967, com sede no município de Feira de Santana. O fundador foi o padre Albertino Carreiro que, na época, fora indicado para trabalhar em uma paróquia que congregava os bairros mais pobres de Feira de Santana. O apoio de assessores da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), também, responsável pelos primeiros recursos financeiros operados pela organização, foi essencial nesta época. (MOC, 2018)

O Movimento de Organização Comunitária é uma instituição não governamental que atua desde 1967 no município de Feira de Santana e regiões do semiárido baiano. A organização direciona sua atuação às populações menos favorecidas, excluídas dos processos que lhes garantam cidadania, quer da periferia urbana, quer das comunidades rurais.

Sempre voltado para a defesa dos direitos humanos, O MOC tem como norte contribuir para o desenvolvimento integral e participativo das comunidades, através de assessoria e assistência técnica educativa, socioambiental e agroecológica; dinamização de processos culturais e de comunicação comunitária; incentivo e apoio a projetos referenciais, buscando o fortalecimento da cidadania e a melhoria da qualidade de vida das pessoas (MOC, 2019). Embora tenha sede em Feira de Santana, as ações do MOC estão presentes em 36 municípios baianos e concentradas em territórios rurais onde a população se encontra em maior vulnerabilidade social.

As ações estratégicas do MOC se baseiam na luta pelos direitos humanos e numa democracia não somente representativa, mas, sobretudo, também participativa. Não há democracia sem o protagonismo dos sujeitos de direitos e sem o pleno desenvolvimento dessas pessoas e de suas comunidades. (MOC, 2018).

Nesse sentido, a relevância dos movimentos associativos está justamente na construção e ampliação de novos espaços de efetivo envolvimento dos diferentes agentes sociais nas mais diversas questões políticas. Em outras palavras, a real participação política dos agentes sociais é preponderante para efetivação da democracia participativa, onde a representação política é reconhecida, mas, também o envolvimento direto dos cidadãos é enxergado como algo relevante e saudável para manutenção e consolidação da democracia.

Para Souza (2014) o espaço político e os movimentos associativos de base são os pilares de sustentação de uma democracia. Ainda de acordo com o mesmo autor, o momento ápice da criação de novas associações fora justamente o período após o regime militar, pois as associações de moradores que surgem naquele período e com ênfase nos problemas locais do bairro, já não precisam da clandestinidade para existir.

Os movimentos associativos de base surgiram através de redes de solidariedade entre os moradores que através da ajuda mútua procuram melhorar o terreno compartilhado pelos moradores, o espaço da rua, e constituir uma força que participará da tomada de decisões na cidade (SOUZA, 2014).

A principal função das associações comunitárias é, sem dúvida, uma função social constituída de membros solidários, elas visam a constituição de uma comunidade de interesse baseada na defesa de direitos iguais. Elas visam a criação de formas de inserção social e de responsabilização, assumindo o papel de mediação entre cidadãos e instituições (LUCHMANN, 2012, p.65).

As associações comunitárias podem ser compreendidas enquanto grupo de pessoas que tem como principal objetivo influenciar as decisões políticas em favor dos interesses da coletividade. Contudo, para que de fato esse objetivo seja alcançado é necessário o envolvimento de todos os membros, confiança e respeito a regras de convívio em coletivo para que de fato seja atingido o interesse de todos os envolvidos.

As associações de moradores instituídas no Brasil seguem o disposto no artigo 53 do Código Civil Brasileiro e são definidas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos (SILVEIRA, 2000). Já Para Bobbio (1988) as associações comunitárias consistem em grupos formais livremente constituídos, aos quais se tem acesso por própria escolha e que perseguem interesses mútuos e pessoais ou então escopos coletivos.

Em síntese, tanto a perspectiva de Bobbio quanto o dispositivo normativo no código civil brasileiro exprimem bem os princípios bases das associações comunitárias. Essas entidades normalmente são grupos de pessoas que habitualmente convivem no mesmo espaço geográfico e com condições sociais e econômicas similares, e, por isso, buscam por meio da coletividade um certo grau de visibilidade, no sentido de terem suas necessidades e demandas atendidas pelo poder público.

Os principais objetivos dessas organizações são o estabelecimento de relações horizontais de convivência, solidariedade e respeito mútuo para atingir seus interesses pessoais e coletivos diversos. Nesse sentido, as associações buscam uma maior participação dos seus membros que se caracteriza pela conscientização, confiança interpessoal, cooperação e descentralização do poder. Além disso, a prática associativistas está estritamente ligada ao conceito de capital social. Associações comunitárias que possuem uma forte interação, confiança e reciprocidade entre os associados podem garantir a criação de estoque de capital social no ambiente interno das associações.

3.2 Capital social e cultura política associativa

A pesquisa realizada por Almond e Verba (1989) contribuiu decisivamente para que o tema da cultura política ganhasse maior importância nas Ciências Sociais. O objetivo central do estudo foi analisar e compreender as condições culturais propícias ou favoráveis ao estabelecimento da democracia e à manutenção da estabilidade do sistema democrático (BORBA, 2005; BAPTISTA, 2016).

A partir dessa perspectiva, os autores compararam as crenças, atitudes e orientações dos cidadãos de vários países sobre assuntos políticos diversos com o objetivo de apreender as especificidades de cada cultura e como essas individualidades interferia no estabelecimento e manutenção dos regimes democráticos de cada lugar.

Vouga (2001) tem argumentado a necessidade cada vez maior de fomentar a construção de culturas associativas nos mais diversos contextos sociais. A literatura política tem ressaltado a importância de grupos associativos na manutenção de regimes democráticos e na ampliação de novos canais de representação, contribuindo para uma participação incisiva das pessoas na política. Nesse sentido, o conceito de cultura política tem sido usado enquanto método de análise de certos grupos, com a pretensão de interpretar os valores e crenças de cada cultura.

A cultura política é definida classicamente como o conjunto de orientações subjetivas dos cidadãos, inclusive valores, crenças e conhecimento sobre sistema político. A cultura política é vista como um componente influente, inibindo ou estimulando o envolvimento em questões públicas e a participação nos movimentos e organizações políticas. (RENNÓ, 2001, p.34).

O objetivo das análises de diferentes culturas é contribuir para a explicação do comportamento político dos indivíduos, destacando a forma como os valores culturais são componentes e decisivos na tomada de decisão. O conhecimento acerca de aspectos relacionados ao sistema político implantando numa determinada realidade é a variável central do conceito (CASTRO, 1994). Nesse sentido, uma cultura política marcada por características de laços de confiança institucional e interpessoal possui maior chances que os indivíduos participem ativamente da política. Nesse contexto, relacionar associativismo, confiança e participação política torna-se fundamental para compressão da cultura política e do estoque de capital social presente numa determinada sociedade.

Um dos primeiros teóricos a propor uma concepção mais sistematizada de capital social foi Pierre Bourdieu no seu texto *Las formas de capital* (1999). Para Bourdieu o capital social é apontado como um recurso individual, ou seja, o capital social de um indivíduo estaria diretamente ligado ao montante de recursos reais ou potenciais disponíveis. Nesse sentido, o capital social seria aquele montante de recursos que uma determinada pessoa consegue mobilizar através de uma ampla rede de relações sociais e de interações (FIALGO, 2008)

Por outro lado, Coleman (1990) teoriza o capital social como um aspecto inerente à estrutura das relações entre as pessoas. Diferente de Bourdieu (1999) que o capital social é visto como recurso possuído pelo indivíduo, Coleman argumenta que o capital social

não se encontra no indivíduo, não é mais ele quem possui o capital social. Esse recurso passa a ser uma característica da estrutura do grupo e, portanto, passível de ser utilizado por qualquer um de seus membros.

Em síntese, enquanto para Bourdieu trata-se de um recurso individual, para Coleman é um atributo do contexto em que o indivíduo se insere. Essa formulação de Coleman baseia-se nas teorias de redes, nas quais o comportamento do indivíduo está alicerçado na rede de relações sociais que ele estabelece.

No campo da Ciência Política, o conceito de capital social emergiu com mais força a partir da discussão realizada por Putnam em 1996. Para o referido autor o conceito diz respeito à capacidade dos indivíduos se organizarem comunitariamente por meio de relações de confiança interpessoal, na busca da realização de objetivos comuns que respondam à necessidade no âmbito comunitário. Além disso, fomentando a criação de canais de diálogos entre a sociedade civil organizada e o Estado (SOUZA, 2016).

Na mesma linha de pensamento Ilha (2008) ressalta que capital social significa envolvimento sociais que favoreçam a qualidade das relações dos indivíduos da comunidade, baseados em reciprocidade, cooperação e soluções de problemas de todos. Por sua vez, Baquero (2008) argumenta que as confianças interpessoais e institucionais são variáveis centrais no estudo da cultura política e do capital social. A confiança interpessoal é um dos principais valores culturais associados ao comportamento dos agentes sociais. A hipótese central defendida por Baquero (2008) é que a cultura cívica ou participativa exige altos níveis de confiança, ou seja, quanto mais confiança existe, mais envolvido o cidadão e mais estável o regime democrático.

A cidadania numa comunidade cívica se caracteriza inicialmente por uma participação nos assuntos públicos. A preocupação com as questões públicas e a devoção as causas públicas, em contraste com considerações individualistas e imediatas, são aspectos essenciais de atitudes cívicas. (PUTNAM, 2002, p.195).

Um exemplo de falta de virtude cívica apontado por Putnam (2002) é o “familismo amoral”, conceito aplicado para caracterizar os padrões de comportamento do Sul da Itália. A percepção que está por trás do “familismo amoral” é que os indivíduos agem orientados pelo desejo de obter o máximo de vantagens para sua família nuclear e pelo pressuposto de que os outros irão agir da mesma forma (RENNÓ, 2001). O resultado

geral é uma situação em que as pessoas só interagem na esfera privada, abandonando a preocupação com a vida coletiva e/ou comum.

A crise econômica que se mantém nas novas democracias, caracterizadas pela pobreza e pela desigualdade social, estimulou o interesse em organizações associativas como mecanismos complementar para buscar soluções a estes problemas sociais. Os pobres, principalmente, foram considerados o alvo principal do fortalecimento dessas organizações naquilo que a literatura política convencionou chamar de capital social, na medida em que se considerava que a coesão comunitária poderia assegurar um desenvolvimento social e econômico onde o Estado tinha fracassado. As últimas décadas têm mostrado, por exemplo, a proliferação de organizações não governamentais, associações comunitárias, de proteção ao consumidor e direitos humanos (BAQUERO, 2008, p.397).

Para Baquero (2008) as Organizações da Sociedade Civil são catalizadoras de capital social, principalmente para as camadas mais pobres, promovendo a mobilização via ação coletiva para assegurar um maior e melhor desenvolvimento social comunitário. Ainda de acordo com Baquero (2008) culturas com níveis elevados de confiança facilitam a cooperação. Nesse sentido, o fomento e a construção do estoque de capital social dependem da consciência e vontade dos agentes sociais em se organizarem coletivamente com base em valores como a confiança interpessoal, solidariedade e cooperação, ou seja, é preciso que as pessoas envolvidas tenham afinidade e como objetivo os interesses coletivos comuns.

4 ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS DE FEIRA DE SANTANA

Como destacado na introdução, na segunda etapa metodológica da pesquisa foi realizado um levantamento de informações acerca das associações comunitárias rurais de Feira de Santana em diferentes órgãos e instituições, tais como o Cartório de Títulos, Documentos e Pessoa Jurídica, o Conselho Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Federação das Associações de Moradores de Feira de Santana (FAMFS).

Nesta busca documental foi possível colher e analisar dados acerca da quantidade de entidades registradas e/ou catalogadas, situação atual, ou seja, se estão em atividade ou foram extintas, número de associados e localização das associações nos oito distritos do município pesquisado.

O que mais chamou atenção nesta etapa da pesquisa foi a divergência de informações acerca da localização, finalidade e quantidade de associações comunitárias rurais. Os números de entidades nas listas disponibilizadas pelos órgãos e instituições variaram de uma fonte para outra.

O maior número de Organizações da Sociedade Civil foi encontrado no banco de registro do Cartório de Títulos, Documentos e Pessoa Jurídica. Foi constatado que entre os anos de 1921 e 2018 foi registrado um total de 3.454 Organizações da Sociedade Civil em todo município. Entretanto, a lista disponibilizada pelo cartório não apresenta uma categorização dessas entidades em termos de suas finalidades. Portanto, a forma como essas organizações foram sistematizadas pelo órgão exige um maior tempo para que seja feita uma estratificação dessas entidades em termos também de ano de registro, atividades desenvolvidas por cada uma delas e se estão ou não localizadas em comunidades rurais.

No total de registros disponibilizado pelo cartório foi constatado uma diversidade de organizações tais como lojas de maçonaria, clubes de lazer e esporte, cooperativas, entidades religiosas, sindicatos, grupos de proteção de animais, cultura e recreação. Além disso, acredita-se que muitas dessas organizações tenham deixado de existir com o passar dos anos por motivos diversos. Portanto, trata-se de um número consideravelmente alto de organizações legalmente formalizadas, entretanto, existe uma real dificuldade de estabelecer com precisão o número de associações comunitárias rurais registradas devido

à ausência de categorização do próprio cartório. Em função do limite de tempo de conclusão da pesquisa não foi possível se debruçar sobre esta tarefa.

Segue abaixo o quadro 4 com o quantitativo de associações comunitárias rurais listadas por órgãos e instituições pesquisados.

Quadro 4 - Quantitativo de associações comunitárias rurais listadas por órgãos e instituições, Feira de Santana, 2018

Órgãos/Instituições	Quantidade de Associações Comunitárias Rurais
Cadastro Ambiental Rural – CAR	62
Federação das Associações de Moradores de Feira de Santana - FAMFS	39
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	29
Conselho Municipal de Assistência Social	15
Cartório de Títulos, Documentos e Pessoa Jurídica	Não identificado

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018
Elaboração: Martinez Santos Martins

Como foi sinalizado anteriormente, poucas foram as similaridades encontradas nas informações colhidas acerca das associações comunitárias rurais nos órgãos e instituições pesquisados. Entre uma busca e outra foi possível constatar uma diferença numérica considerável de entidades listadas. Quando confrontados os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Conselho Municipal de Assistência Social nota-se uma assimetria em termos quantitativos de 47 entidades.

A pesquisa realizada por Ferreira (2015) identificou um total de 115 associações rurais distribuídas nos oito distritos de Feira – dados fornecidos pela prefeitura. Uma possível explicação para os dados disponibilizados pela prefeitura serem relativamente maior que os demais números apresentados nas quatro listas nesta pesquisa podem ser a ausência de distinção e/ou categorização dessas associações rurais, isto é, entidades com outras finalidades e perfis distintos das associações comunitárias rurais podem ter sido agrupadas num mesmo universo de organizações rurais pela prefeitura. Esta é uma possível explicação, levando em conta que outras organizações tais como sindicato e cooperativas também possuem sedes nos distritos.

Nesse contexto, a presente pesquisa tomou como referência os dados fornecidos pela Federação das Associações de Moradores de Feira de Santana (FAMFS) que dentre

os dados coletados apresenta em seus registros o maior número de entidades intituladas como *associações comunitárias*. Os dados disponibilizados pela FAMFS em 2013 e novamente confrontados em 2018 não constata alteração no número de associações comunitárias no município, sendo 345, dessas 39 são rurais.

Portanto, a análise que segue pretende revelar aspectos e especificidades da cultura política presente nas associações comunitárias rurais localizadas nos oito distritos do município de Feira de Santana. Bem como, busca-se destacar as conquistas, dificuldades e impasses das entidades na construção de uma cultura política associativa e participativa.

4.1 Confiança interpessoal e institucional

Inicialmente será apresentada a análise quantitativa dos dados acerca do nível de confiança interpessoal e institucional dos membros pesquisados das associações comunitárias rurais. Esta tabulação corresponde à seguinte indicação: Qual o nível de confiança você possui em indivíduos, grupos e instituições listados? (Quadro 5).

Quadro 5 – Nível de confiança em indivíduos, grupos e instituições indicado pelos associados pesquisados das associações comunitárias rurais de Feira de Santana, 2018

Indivíduos, Grupos e Instituições	Nenhuma Confiança %	Alguma Confiança %	Pouca Confiança %	Muita Confiança %	Total %
Família	04	08	12	76	100
Vizinhos	18	26	26	30	100
Pessoas Desconhecidas	52	21	25	02	100
Membros da Associação	00	11	16	73	100
Amigos	06	21	23	50	100
Polícia	45	34	19	02	100
Partidos Políticos	56	20	17	07	100
Congresso Nacional	62	13	20	05	100
Poder Judiciário	53	10	14	23	100
Mídia	41	13	16	30	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018
Elaboração: Martinez Santos Martins

Em termos gerais, o primeiro aspecto a ser considerado é a distinção entre os índices de confiança interpessoal e institucional encontrados na presente investigação. Enquanto os associados demonstram possuir um alto nível de confiança em pessoas da própria família e em membros da associação, por outro lado, os níveis de confiança em instituições de sustentação da democracia como Congresso Nacional, Partidos Políticos e Poder Judiciário mostraram-se inexpressivos.

Vasquez (2010) argumenta que não há correspondência direta entre nível de confiança interpessoal e institucional. O que motiva as pessoas a confiarem umas nas outras, pode não avivar a confiança nas instituições mediadoras de um regime democrático. No caso específico, 62% dos entrevistados afirmaram não confiar no Congresso Nacional, 56% nos Partidos Políticos e 53% no Judiciário.

Os índices indicam que os membros das associações comunitárias rurais pesquisados apresentam baixo nível de confiança institucional, sobretudo, em relação ao Congresso Nacional e aos Partidos Políticos. Esta constatação de acordo com Rennó (2000) e Ribeiro (2011) pode indicar uma crise do regime democrático, ou seja, ausência real de representatividade por parte dos Partidos Políticos e uma insatisfação com o desempenho das instituições democráticas.

As avaliações negativas com relação ao funcionamento das instituições e a afirmação de que elas não agem de acordo com suas normas legais, influenciam desfavoravelmente na confiança institucional e no apoio ao regime democrático. Os constantes escândalos de corrupção envolvendo membros da política nacional que ocupam importantes cargos nas instituições de representação também reforçam as recorrentes avaliações negativas.

Para Rennó (2000) a população em sua grande maioria desinteressada e/ou desinformada acerca de assuntos políticos diversos e de denúncias de personalidades políticas e instituições em atos delituosos acabam adotando a apatia enquanto estratégia para se eximir de qualquer posicionamento político diante de fatos que não aparecem de modo evidente para esses eleitores.

Ainda de acordo com o mesmo autor, tal comportamento apático do cidadão é resultado da junção entre baixa confiança institucional e desigualdade de informação, característico da cultura política brasileira que impede que as pessoas tenham acesso a conteúdo e informações que garantam por parte do cidadão uma melhor compreensão dos

fatos e ajude na formação de um posicionamento crítico ao invés de um comportamento apático.

Além disso, as instituições mediadoras entre sociedade civil e poder público, como por exemplo, os Partidos Políticos não têm garantido um maior envolvimento dos diferentes segmentos sociais na elaboração e planejamento de políticas públicas (Rennó, 2000). Aliado a isso, a população de modo geral, em especial os segmentos sociais mais necessitados, como a maior parte da população rural, não têm percebido mudanças significativas em suas vidas, no sentido de melhores condições de acesso a serviços públicos de qualidade como saúde, educação, segurança pública e demais políticas que garantam a permanências de jovens e adultos no campo.

Nessa perspectiva, o descrédito em relação às instituições pode ligeiramente demonstrar uma avaliação crítica por parte dos associados em relação à ineficiência dessas instituições públicas em representar e atender de modo satisfatório as reais necessidades da população e garantir a prestação de serviços públicos de qualidade nas comunidades rurais.

O alto nível de desconfiança em instituições mediadoras do regime democrático pode também ser preliminarmente justificado pelo momento de crise política e econômica em que o país passa. As diversas denúncias de corrupção no meio político, o impeachment da ex presidente Dilma Rousseff, a alternância de três presidentes em menos de quatro anos, com perspectivas e plataformas políticas distintas, têm intensificado a atual crise, criado uma intensa sensação de incertezas e descrédito em relação à política de modo geral.

Por outro lado, a confiança nos próprios membros da associação chega a 73%, o que demonstra uma predisposição positiva dos agentes sociais em continuarem se organizando de modo coletivo. Nesse sentido, os dados corroboram para a constatação da presença da confiança interpessoal como atributo de uma cultura política associativa presente nas associações comunitárias rurais expressa pelo civismo.

Putnam (2002) destaca que o civismo geralmente é encontrado em comunidades nas quais prevalece a participação política e o interesse pela coisa pública. Nessa perspectiva, associações civis que possuem um nível alto de confiança entre os indivíduos são entidades marcadas pela horizontalidade, reciprocidade, sentimento de solidariedade e tolerância. Logo, pode-se afirmar que de acordo com Oslon (1999) e Putnam (2002) as

associações comunitárias investigadas se beneficiam da existência de um elevado índice de confiança interpessoal, havendo também maior possibilidade de aumentar o envolvimento no planejamento de políticas públicas, assim também como demonstrar um olhar atento as questões coletivas.

Outro achado relevante está no número de associados que confiam em membros da própria família. Além de revelar uma relação afetiva, o percentual de 76% de associados que confiam muito em pessoas do vínculo familiar é expressivo. Em termos político-eleitoral, corroboram com a afirmação de Montenegro (2013) de que é no ambiente familiar que grande parte das discussões políticas é originada e a partir dessa interação com membros da própria família é que também se estabelece os primeiros valores e crenças que orientam o comportamento político do indivíduo.

A confiança entre os membros numa associação comunitária tem relação diretamente proporcional ao engajamento, isso é, quanto maior o nível de confiança generalizada maior será o engajamento cívico e certamente refletirá sobre o aperfeiçoamento e qualidade da democracia.

Os dados acerca da confiança institucional dos membros das associações comungam com análise de Vasquez (2010) quando afirma que o cidadão brasileiro majoritariamente apoia a democracia como forma ideal de governo e apresenta baixos níveis de confiança institucional, sobretudo, em instituições importantes como o Congresso Nacional. Por outro lado, o nível de confiança interpessoal revelou-se expressivo, ratificando um forte perfil associativo desses agentes sociais.

Portanto, o percentual de confiança interpessoal corrobora para a afirmação da presença de laços fortes de solidariedade entre os membros das associações comunitárias rurais. A confiança nos próprios membros, a adoção de regras e sanções no interior dessas entidades garantem e viabilizam uma maior agregação dos seus membros, evitando comportamentos oportunistas e possibilitando uma maior articulação desses agentes sociais na luta por mudanças significativas para comunidade. Nesse contexto, pode-se afirmar que as associações comunitárias rurais investigadas têm garantido a socialização de experiências e, conseqüentemente, tem buscado alternativas conjuntas para a solução de problemas comuns.

A participação política também sofre efeito positivo nessa perspectiva, quanto maior a confiabilidade maior os motivos que geram a participação. As pessoas quando

não seguras e confiáveis em relação algum aspecto da realidade social possuem dificuldade de envolvimento. Nesse sentido, a confiança entre os membros das associações comunitárias rurais em certa medida explica também a persistência desses agentes sociais na luta por maior e efetiva representatividade frente ao poder público.

4.2 Variáveis da Sofisticação Política

A Sofisticação Política como teoria pretende revelar generalizações a respeito do grau de interesse, envolvimento e conhecimento dos eleitores com a política, se participam de organizações da sociedade civil, dos meios em que o eleitor procura se informar sobre a política e de como ele utiliza estas informações para votar (CASTRO, 1994; RADMANN, 2001; MONTENEGRO, 2010).

O quadro 6 apresenta aspectos referentes ao grau de *interesse* por política dos membros pesquisados das associações comunitárias rurais. Nesta questão buscou-se medir com que frequência os membros de associações comunitárias conversam sobre assuntos políticos diversos com indivíduos e grupos listados.

Quadro 6 – Frequência de conversa sobre política dos associados pesquisados das associações comunitárias rurais de Feira de Santana, 2018.

Indivíduos e Grupos	Nunca %	Raramente %	Às vezes %	Frequentemente %	Total %
Membros da Associação de moradores	00	06	23	71	100
Amigos	00	11	28	61	100
Membros da família durante a campanha política	00	02	04	94	100
Trabalho/Escola	16	22	29	33	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018
Elaboração: Martinez Santos Martins

Verificamos nos dados coletados que a gradação da frequência de conversa sobre aspectos políticos diversos em cada item vai de 94% dos que conversam com a família sobre política durante a campanha política, seguida de 71% que conversam com membros

da própria associação, depois, 61% com amigos. Decrescendo à medida que a conversa passa para ambientes mais formais como trabalho e escola.

A medida de confiança na família e membros da associação comunitária ajuda explicar a causa da gradação entre eleitores que conversam mais sobre política em ambiente informais do seu cotidiano como a família durante campanha, membros das associações comunitárias e amigos.

De modo geral, pode-se constatar por parte dos membros das associações comunitárias uma disposição em promoverem discussões políticas entre seus pares, principalmente com os membros da família e da associação. Para a teoria da sofisticação política tal achado pode não revelar um perfil de grande envolvimento na política de modo efetivo, mas, por outro lado, evidencia um interesse dos agentes sociais frente ao mundo político. Nesse sentido, pode dizer que depois da confiança, o interesse configura enquanto importante variável na explicação do envolvimento político dos cidadãos (RENNÓ, 2000; BAQUERO, 2004).

Além disso, de acordo com a perspectiva sociológica do comportamento eleitoral, o interesse dos indivíduos pode ser explicado pelo ambiente socioeconômico e cultural em que vivem e pela inserção em determinados grupos sociais, como por exemplo, as associações comunitárias.

Ao desenvolver um nível de interação no grupo pertencente, através da própria participação política esse agregado de pessoas passaria a se identificar com ideias e percepções referentes a partidos políticos comuns e desenvolver um leque de discussões. Somado a isso, a decisão do voto na perspectiva sociológica também é condicionada de acordo com os diferentes grupos onde o eleitor estabelece vínculos. No caso das associações, tanto os associados quando os familiares possuem grande probabilidade de terem ideias comuns diante de problemas similares.

A segunda questão desta seção buscou mensurar a variável *envolvimento* do conceito de sofisticação política. Esta tabulação corresponde à seguinte indicação: Com qual frequência você participa de reuniões das organizações citadas? O achado mais relevante desta indicação foi o alto percentual de agentes sociais que participam frequentemente de reuniões da própria associação comunitária e de grupo religioso (Quadro-7).

Quadro 7– Participação dos membros pesquisados das associações comunitárias em reuniões de organizações sociais, Feira de Santana, 2018

Organizações de coletivo	Nunca %	Raramente %	Às vezes %	Frequentemente %	Total %
Associação Comunitária	00	07	08	85	100
Sindicato	11	35	24	30	100
Grupo Religioso	00	06	22	72	100
Conselho Municipal	12	35	30	23	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2018
Elaboração: Martinez Santos Martins

Para Castro (1994) o envolvimento pelo canal organizacional como por exemplo as associações comunitárias abrangem as atividades não institucionalizadas da política com propostas de novos arranjos e ligações entre sociedade civil e Estado.

Os membros investigados das associações comunitárias rurais apresentam um alto índice de envolvimento nas reuniões realizadas pelas entidades que são associados. Um total de 85% participa frequentemente dessas reuniões. Tal achado pode estar ligeiramente relacionado ao nível de confiança interpessoal existente entre os agentes sociais, como foi exposto no Quadro 5. Esta constatação ratifica a máxima de que para existir de fato um maior envolvimento dos agentes sociais, o estabelecimento de laços de confiança interpessoal é imprescindível na manutenção e consolidação de um coletivo de pessoas. (BAQUERO, 2008).

Entretanto, existem poucas evidências do envolvimento desses agentes sociais de modo efetivo em outros grupos catalisadores de capital social como Sindicato e Conselhos Municipais. Além da própria associação, o grupo religioso é o segundo com maior envolvimento, com 72% de participação nas reuniões.

Portanto, os dados possibilitam concluir que os agentes sociais usufruem de uma ativa relação de envolvimento com o grupo de pessoas que compõem a entidade que são associados. Por outro lado, apresentam razoável envolvimento com outros grupos coletivos, ou seja, grupos que se estruturam em redes horizontais, com princípios de

democracia interna e envolvimento de seus membros, materializando outras estratégias na construção da esfera pública.

Para Castro (1994) dentre as três variáveis que compõem o conceito de sofisticação política, a variável *conhecimento* configura-se como a mais relevante para explicar o comportamento dos eleitores acerca das questões que envolvem a vida política numa democracia. A última pergunta desta seção buscou medir o quantitativo de nomes de personalidades e termos referentes à política que os associados conseguem citar (quadro 8).

Quadro 8 – Nomes de personalidades e termos referentes à política citados pelos membros pesquisados das associações comunitárias rurais de Feira de Santana, 2018

Itens	1 item citado %	2 itens citados %	3 itens citados %	4 itens citados %	Total %
Vereadores	00	00	04	96	100
Partidos Políticos	00	03	02	95	100
Deputados Estaduais	04	16	12	68	100
Deputados Federais	15	18	21	46	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018
Elaboração: Martinez Santos Martins

Os dados do quadro 8 ratificam a existência de uma hierarquia segundo o poder político dos cargos (MONTENEGRO, 2013). Os vereadores são os mais lembrados, ou seja, 96% dos membros das associações citaram 4 nomes de vereadores eleitos na última eleição, em seguida deputado estadual com 68% e deputado federal com 46%.

Quanto ao expressivo número de associados que lembram o nome de quatro vereadores, tal constatação pode estar ligeiramente ligado tanto ao interesse dos membros das associações por política, mas, também, a uma dependência clientelista que algumas entidades possuem em relação a membros do poder legislativo municipal. Entretanto, neste caso, o alto percentual de lembrança de nomes de personalidades e termos referentes à política parece ser melhor explicado pelo alto percentual de interesse por política que os membros das associações possuem, ratificado pelo hábito de conversar sobre política com membros da família durante a campanha eleitoral.

Tomando unicamente o conhecimento de candidatos e siglas de partidos políticos como variáveis explicativas para mensurar a sofisticação política, constata-se que os eleitores membros de associações comunitárias rurais possuem um grau de conhecimento significativo, o que revela um eleitor atento às questões e aspectos relacionados à política e a eleição.

Rennó (2002) destaca que um dos maiores problemas do Brasil seja a desigualdade de informação. Setores das classes sociais menos favorecidas carecem de informações que garantam um maior repertório de conhecimento acerca da política que fomenta nesse segmento social uma visão crítica e mais participativa. O conhecimento em política pode ser medido por vários aspectos, mas a lembrança de personalidades e termos políticos já evidencia um perfil de eleitor interessado (CASTRO, 1994).

Montenegro (2010) destaca que democracias desenvolvidas apesar de taxas declinantes de comparecimento eleitoral, apresentam um aumento na participação cívica, e um alto percentual de eleitores sofisticados. A constatação de sofisticação política por parte dos eleitores é um bom indicador de desenvolvimento democrático, não implica um grau avançado de participação, mas pode demonstrar um olho atento aos resultados das políticas públicas.

Portanto, os dados analisados acerca do conceito de sofisticação política dos membros das associações comunitárias rurais são expressivos, e do ponto de vista da democracia participativa são positivos. Trata-se de um coletivo de agentes sociais que além de possuírem uma confiança interpessoal expressiva, também usufruem de importantes atributos que podem garantir uma participação incisiva desses agentes na elaboração e planejamento de políticas públicas.

4.3 Preferência Partidária

Tomando por base os atributos característicos do eleitor sofisticado, acredita-se que uma pessoa com maior interesse, envolvimento e conhecimento de política possua também preferência em relação a um determinado partido político.

A análise a seguir corresponde às seguintes indicações: Você é filiado a algum partido político? Você vota sempre no mesmo partido que é filiado? Na hora de escolher seu candidato você leva em conta o candidato ou o partido político?

Sobre a filiação partidária, 88% dos entrevistados responderam não possuir filiação em nenhum partido político. Apenas os 12% que afirmaram que possuem filiação citaram unanimemente o Partido dos Trabalhadores (PT). Esses dados revelam que o eleitor membro das associações comunitárias rurais possuem um nível de preferência partidária baixo quando comparado com os dados que as pesquisas realizadas acerca da filiação no Brasil têm mostrado (RENNÓ, 2007).

Rennó (2007) destaca também que um dos enigmas do sistema partidário brasileiro são as altas taxas de filiação partidária. Aproximadamente um de cada dez brasileiros é filiado a algum partido político. Entretanto, o autor ressalta que mesmo as pesquisas apresentando um número expressivo de eleitores filiado a algum partido político esse alto número de filiação não garante um eleitor com alto nível de preferência.

Uma das explicações para o fato do número de filiação ser relativamente expressivo no Brasil, mas carecer de preferência partidária está na proliferação de siglas desde a volta do multipartidarismo. A partir de 1980 as altas taxas de fragmentação partidárias seriam sintomas desses laços fracos entre partidos e sociedade (RENNÓ, 2000, 2001, 2007). Nessa perspectiva, o eleitor desinformado encontraria dificuldade em distinguir diante de tantas possibilidades as plataformas e bandeiras defendidas por todos os partidos.

Além do mais, as disputas eleitorais constituem um fator para que os partidos deixem de lado suas ideologias e até mesmo suas bandeiras de luta. A quantidade de partidos registrados somado ao presidencialismo de coalizão aglomeram uma quantidade de partidos em prol da governabilidade, levando uma maior dificuldade de preferência partidária por parte dos eleitores.

Não é incomum que partidos de esquerda ou direita constituam elos partidários através de um verdadeiro multipartidarismo para sustentarem governos e defenderem diferentes interesses. Como consequência induz o eleitor a escolher em prol das polarizações políticas e muitas vezes a personificar o voto, ou seja, o partido deixa de ter uma importância na mediação entre Estado e sociedade civil e a escolha do voto passa a ser feita em torno de atributos ou características de determinado candidato.

De acordo com Rennó (2007) e Amorim (2011) tal postura dos eleitores em relação aos partidos é um reflexo negativo da crise de representação vivenciada em democracias ocidentais e principalmente nas mais recentes como o caso do Brasil.

Além disso, os partidos têm encontrado dificuldade de apresentar propostas que levem uma maior identificação do eleitorado, e, por outro lado, os eleitores diante do leque de siglas encontram-se confusos na hora de fazerem suas escolhas, e tantos outros preferem obter informações por outros canais, como por exemplo, as redes sociais, conversa com familiares, membros da própria comunidade ou organização coletivas que fazem parte.

Algumas considerações são possíveis de serem feitas acerca da unanimidade de membros das associações que revelaram ser filiados ao Partido dos Trabalhadores – PT. Não se sabe ao certo em qual momento histórico ou circunstância aconteceu à filiação desses agentes sociais ao PT. O que preliminarmente pode ser considerado com relação à evolução do partidarismo no Brasil é que pesquisas apontam para o declínio da preferência de partidos como MDB e PSDB e uma ascensão do PT nas últimas décadas (RENNÓ, 2007).

Uma consideração a ser feita se dá em torno da própria trajetória de luta do Partido dos Trabalhadores pela democracia e pela defesa dos direitos da classe trabalhadora. Desde o período de redemocratização o PT tem se aproximado dos movimentos sociais, inclusive movimentos em prol da reforma agrária como Movimento dos Sem Terra – MST.

Além disso, o próprio alinhamento das propostas defendidas pelo PT para os trabalhadores rurais e a real efetivação nos últimos dezesseis anos de governo de programas com foco no segmento da população do campo como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentos Escolar (PNAE) , Minha Casa Minha Vida Rural, O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Luz Para Todos, tem garantido a permanência da população no campo com distribuição de renda e garantia de autonomia; portanto, são fatores que corroboram para explicar essa expressiva preferência dos 12% dos associados pelo Partido dos Trabalhadores.

Na questão seguinte foi questionado se os 12% de eleitores que possuem filiação partidária votam sempre no mesmo partido. O resultado foi que 94% responderam não repetir seus votos nas mesmas legendas.

Como resultado da crise de representação política, existe uma enorme dificuldade por parte do eleitorado e de segmentos sociais de se perceberem representados pelas

propostas dos partidos, do mesmo modo, que os partidos não conseguem representar os diferentes interesses da sociedade. Esses são alguns dos fatores arrolados para explicar porque os partidos não contam com eleitores fieis.

Outro fator destacado por Carreirão (2008) está relacionado a um novo comportamento do eleitor como resultado da democratização ou proliferação de novos canais para obtenção de informações. Para o mesmo autor a queda na preferência partidária está relacionada tanto ao papel que a televisão passou a ter nas campanhas eleitorais, quanto na ampliação do acesso às informações através dos novos meios de comunicação e as redes sociais. Resultando que as novas gerações de eleitores aumentassem sua capacidade de absorver informações políticas sem a necessidade de usar os partidos como atalho de informação.

Na última eleição presidencial de 2018 as campanhas têm lançado mão das mídias sociais como ferramentas estratégicas para chamar à atenção do eleitor. Conseqüentemente, as mídias sociais tem sido uma crescente fonte de informação para diversas pessoas, e muito do que gera atenção no meio virtual acaba virando notícia nos meios de comunicação tradicional. Logo, os partidos e candidatos têm feito cada vez mais uso desses instrumentos de grande alcance para difusão de mensagens políticas e alcançado resultados positivos em termos eleitorais.

A vitória do ex-deputado Jair Messias Bolsonaro, em parte, é explicada pelo alcance das mídias sociais. A divulgação de mensagens de campanha e difusão de informações nas redes sociais sejam estas verdadeiras ou falsas tomaram uma proporção antes mesmo do início da campanha oficial e dinamizaram o cenário eleitoral como nunca aconteceu em eleições passadas. Diversas foram às mobilizações e manifestações que foram convocadas pelas redes sociais, muitas delas reunindo centenas de pessoas em diversas cidades todo país a favor ou contra candidatos e partidos.

Nesse sentido, as redes sociais têm se configurado enquanto importante instrumento de difusão e divulgação política. Fazendo um papel que anteriormente era feito pela TV com os programas eleitorais e de intermediação com os partidos políticos. Além do mais, no caso específico da última eleição presidencial, a apatia em relação às legendas partidárias em prol da construção de um personagem ou defensor da pátria reduziu ainda mais a relevância de instituições tão importantes para a democracia como os partidos políticos. Portanto, os partidos políticos veem passando pelo processo de

perda de suas características de identificação ideológica que os constitui e os reconhecem como partidos de esquerda, direita ou centro (CARREIRÃO, 2008).

Interessou-se também saber se o candidato ou o partido é fator decisivo na hora do voto. O resultado foi que o candidato é mais relevante que o partido para 98% dos entrevistados.

Observa-se que em termos de preferência partidária os membros das associações comunitárias carecem de maior consistência. Na perspectiva do conceito de sofisticação política, nota-se um “desvio” que diferencia dos índices das demais variáveis investigadas. Se por um lado os associados investigados apresentam uma cultura política marcada por atributos positivos como interesse, envolvimento e conhecimento de política, por outro lado, o número de eleitores filiados revelou-se baixo e de eleitores identificados com algum partido mostrou-se inexpressivo.

Diversas explicações são dadas para o distanciamento do eleitor em relação às instituições mediadoras da democracia, como no caso específico dos partidos políticos. Rennó (2001) destaca que para o eleitor os partidos políticos deixaram de ter relevância na decisão do voto. Na mesma linha de pensamento Radmann (2001) afirma que o eleitor brasileiro tem o hábito de personificar o voto, ou seja, existe uma maior importância em termos dos atributos pessoais do candidato do que no partido que este é filiado.

Tal constatação pode ser explicada pelo grau de descrédito dos cidadãos em relação aos rumos da política e a ineficiência das instituições mediadoras da democracia. Os dados acerca da preferência partidária comungam com a porcentagem de confiança dos membros das associações nos partidos, como ficou evidenciado no quadro 5, quando 53% afirmaram não confiar em partidos políticos.

Para Amorim (2001) a desconfiança e o distanciamento em relação a importantes instituições reguladoras do sistema democrático são o resultado da crescente avaliação negativa do desempenho dessas instituições em promover de modo efetivo políticas públicas eficazes que garantam uma real mudança na vida da população. Os partidos e políticos que deveriam atender as demandas e reivindicações da população já não conseguem atenuar os diversos problemas, intensificando ainda mais a descrença nas instituições política.

Portando, como consequência resta uma população sub-representada e a proliferação de partidos que flutuam no espectro ideológico sem programas políticos

claros e definidos. Em termos democráticos, como resultado evidencia uma perda substancial da democracia participativa, ou seja, os partidos deixam de ser relevantes e o eleitor vota em prol de percepções pessoais. Tal comportamento do eleitor em personificar o voto e a baixa representação por parte dos partidos políticos apresenta-se na contramão da construção de instituições políticas que efetivamente representem os diferentes interesses dos cidadãos e segmentos sociais.

5 CANAIS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NÃO CONVENCIONAL

De acordo com Bordin (1979) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas utilizadas para estudar e analisar material qualitativo, buscando a melhor compreensão de uma comunicação ou discurso. Além de relacionar suas características gramaticais às ideologias e teorias, podendo, a partir daí, extrair os aspectos relevantes para a pesquisa em questão.

Dentre as diversas técnicas existentes de análise de conteúdo optou-se nesta pesquisa pela análise de categorias que funciona por operações de desmembramento do discurso em categorias e, em seguida, seu reagrupamento em conjuntos de significados semelhantes. Para esse estudo foram trabalhadas 6 categorias e 22 subcategorias extraídas dos questionários sobre a participação dos associados em canais de participação política informal e/ou não convencional. (Quadro 9)

Quadro 9 – Categorias e subcategorias identificadas na pesquisa com os membros pesquisados das associações comunitárias rurais de Feira de Santana, 2018

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Informação sobre mobilizações e protestos	Paralisação geral dos caminhoneiros
	Mobilização contra a prisão do ex-presidente Lula
	Mobilização contra o Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff
	Mobilizações contra corrupção
Avaliação acerca das mobilizações e protestos	Positiva
	Algumas foram positivas
	Vandalismo
Participação em mobilizações e protestos	Lula Livre
	Falta de segurança
	Falta de infraestrutura
	Danos causados pela seca
	Novos bairros
Uso das redes sociais	Conversa pessoal
	Buscar informações
	Denunciar alguma irregularidade
Acompanhamento e fiscalização dos representantes políticos	Mídia (TV/Rádio)
	Redes sociais
	Sites
Atividades realizadas pelas associações comunitárias	Palestras
	Bingos
	Datas comemorativas
	Cursos de formação

Fonte: Pesquisa de campo, 2018
Elaboração: Martinez Santos Martins

5.1 Informação sobre mobilizações e protestos

De acordo com a teoria da Sofisticação Política a concepção acerca da informação não quer dizer que o eleitor precise possuir um grande repertório de conhecimento acerca de determinadas questões relacionado à política, mas, que pelo menos demonstre possuir algumas informações que os distingue do eleitor médio e contribua na construção de seus posicionamentos políticos e na escolha eleitoral.

Pretendeu-se medir e avaliar o repertório de informação dos membros das associações comunitárias rurais acerca das mobilizações e protestos que tem ocorrido no Brasil nos últimos seis anos. O marco da análise são os protestos de junho de 2013 que mobilizaram centenas de pessoas a reivindicarem diversas pautas em todo país.

Rennó (2007) destaca que não é novidade na literatura política a constatação de que os cidadãos brasileiros em média não se interessam ou sabem pouco sobre aspectos relacionados a governo, partidos políticos e a política de modo geral. Ainda de acordo com o mesmo autor, tal constatação é resultado do que habituou chamar na literatura de “desigualdade de informação”, característica que possui fortes influências sobre o comportamento de eleitores de países de democracias recentes como o Brasil.

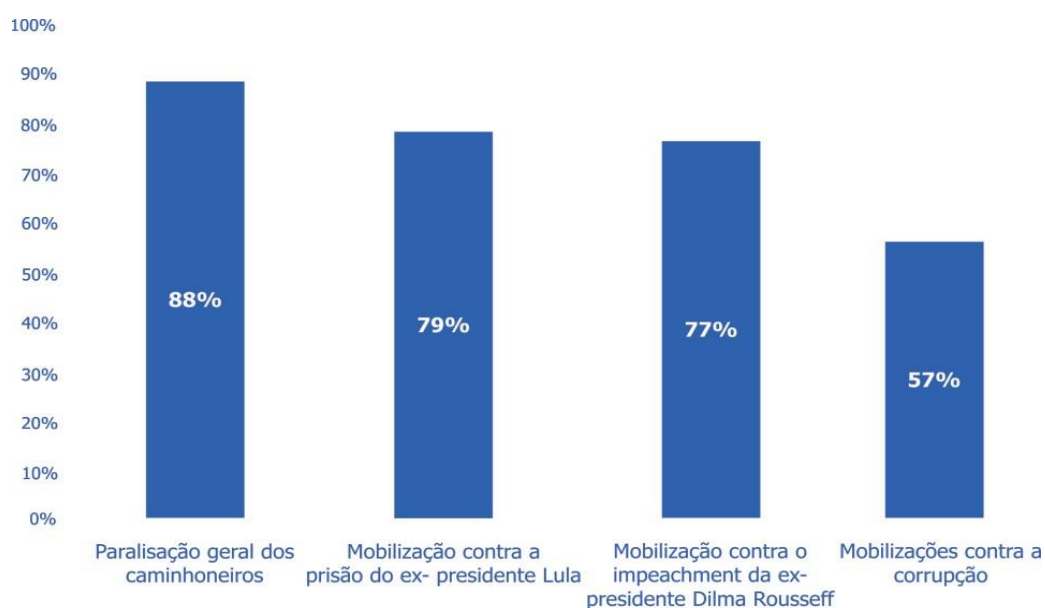
Os depoimentos apresentados pelos interlocutores constataam um elevado grau de lembrança acerca dos acontecimentos políticos recentes, e corroboram para compreender a apreciação dos associados acerca dos acontecimentos e o envolvimento desses agentes sociais nos diversos canais informais de participação política, seja em âmbito nacional, estadual ou municipal.

Na questão correspondente à categoria em estudo foi solicitada que os membros das associações citassem o máximo de mobilizações e protestos que tivessem lembrança. A partir da categoria central *informação* outras quatro subcategorias emergiram da análise dos depoimentos das respostas do questionário: 1. Paralisação nacional dos caminhoneiros, 2. Mobilização contra a prisão do ex-presidente Lula (“Lula Livre”), 3. Mobilização contra o Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, 4. Mobilização contra corrupção.

De modo geral, um expressivo percentual dos associados citou quatro das principais mobilizações ocorridas no país desde o prelúdio da atual crise política que é inaugurada com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Em termos numéricos, constatou-se que 88% dos associados citaram a paralisação nacional dos caminhoneiros,

79% as mobilizações contra a prisão do ex-presidente Lula, 77% mobilização contra o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e 57% as mobilizações contra a corrupção (gráfico – 1). Destaca-se que na questão em análise foi possível que cada um dos membros pesquisados das associações comunitárias citasse mais de uma mobilização ou protesto, portanto, a soma das porcentagens ultrapassa o total de 100%.

Gráfico 1 – Mobilizações e protestos citados pelos membros pesquisados das associações comunitárias rurais de Feira de Santana, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008
Elaboração: Martinez Santos Martins

Pesquisadores (CASTRO,1994; RENNÓ, 2001; RADMANN, 2001) afirmam que a informação política afeta de maneira incisiva tanto as atitudes e interesses dos eleitores quanto a possibilidade de efetivo envolvimento em questões diversas. Do mesmo modo, que um maior envolvimento em grupos associativos eleva o grau de informação dos associados acerca de diferentes aspectos relacionados à própria comunidade onde essas entidades estão localizadas.

Embora não exista um consenso acerca da relação entre associativismo e informação, por outro lado, Kerbauy (2004) e Rennó (2007) argumentam que em alguns casos específicos os indivíduos que tem um determinado padrão de comportamento associativo se diferenciam em termos de comportamento, crenças, valores e atitudes em comparação aos indivíduos que habitualmente não se envolvem em entidades sociais.

De acordo com Rennó (2001) as pessoas têm feito uso de diferentes meios para obtenção de informação que ultrapassam os veículos tradicionais de comunicação em massa como a televisão e o rádio. Entretanto, ainda hoje a televisão exerce uma enorme influência sobre a percepção e comportamento da população, resultado da rápida difusão de mensagens que atinge um grande número de pessoas.

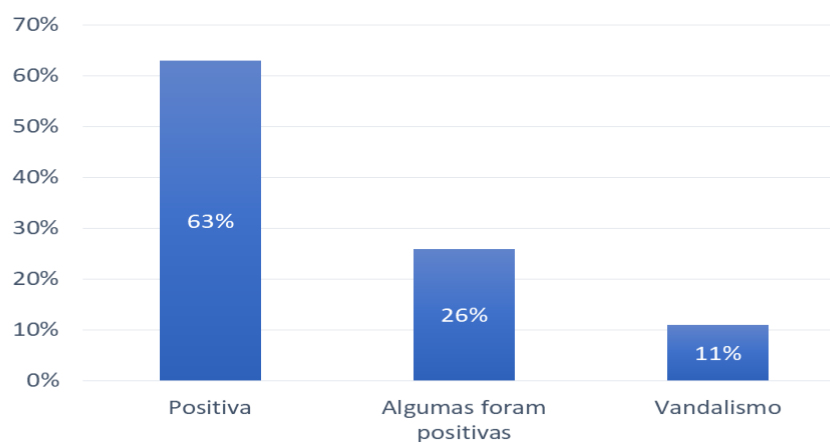
Nesse sentido, além do interesse do próprio associado em se informar, o fato dos membros das associações terem lembrança de quatro das principais mobilizações da história recente está ligeiramente relacionado às informações vinculadas por meio da televisão e rádio. Nesse processo, destaca-se também a evolução das redes sociais e seu uso por pessoas de diferentes segmentos sociais. Uma das características marcantes das redes sociais tem sido a facilidade de acesso e compartilhamento de informações, de conhecimento e interesse entre as pessoas.

Portanto, as informações acerca das mobilizações e protestos podem até não revelar por parte dos associados um eleitor com elevado leque de conhecimento sobre diferentes aspectos relacionado à política, mas, por outro lado, já é um indicativo positivo que pode evidenciar um interesse por discussões políticas e uma disposição em se envolverem em diversas atividades informais tais como protestos, manifestações e greves.

5.2 Avaliação acerca das mobilizações e protestos

Além de identificar a lembrança dos membros pesquisados das associações comunitárias rurais sobre os últimos acontecimentos políticos ocorridos no país, foi solicitado que estes avaliassem as mobilizações e protestos mencionados anteriormente. Observou que 63% dos associados consideraram as manifestações positivas, outros 26% avaliaram que algumas foram positivas, e somente 11% adjetivaram como vandalismo. (Gráfico - 2)

Gráfico 2 – Avaliação realizada pelos membros pesquisados das associações comunitárias rurais acerca das mobilizações e protestos, Feira de Santana, 2018



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018
Elaboração: Martinez Santos Martins

Segundo Scherer-Warren (2014) e Pinto (2017) o mês de junho de 2013 ficou marcado na história política do Brasil por uma onda de protestos que se espalhou rapidamente por várias cidades brasileiras, mobilizando milhares de pessoas no que pode ser considerado a maior série de manifestações dos últimos 20 anos.

Dentre as principais pautas defendidas pelos movimentos estavam: redução do preço das passagens e melhoria da qualidade dos transportes coletivos, mais investimentos na saúde e na educação pública, fim do fator previdenciário e aumento das aposentadorias, redução da jornada de trabalho, fim dos leilões das reservas de petróleo, contra o PL4330 da terceirização e reforma agrária.

Na Bahia, diversas cidades do interior foram palco das manifestações, centrais sindicais, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, grupos apartidários, cidadãos de diferentes classes sociais aderiram aos protestos. As manifestações apontaram para um grande descontentamento geral da população brasileira que saiu às ruas em passeatas organizadas com cartazes e faixas que pediam mudanças em diversas áreas sociais. Em Feira de Santana desde o mês de junho de 2013 pelo menos nove mobilizações e protestos levaram centenas de pessoas as ruas para reivindicarem diferentes pautas e bandeiras (quadro – 10).

Quadro 10 – Mobilizações e protestos ocorridos em Feira de Santana nos últimos seis anos

Data	Mobilizações e Protestos
16/06/2013	Líderes do movimento “Vem Pra Rua FSA” realiza concentração em frente ao hotel Palace. Em seguida uma marcha com cerca de 100 pessoas foi em direção à praça de alimentação na avenida Getúlio Vargas.
18/06/2013	Internautas convocam nas redes sociais para manifestação em Feira de Santana. Na página do Facebook “Feira da depressão” convoca um ato pacífico para o dia 20 às 16h na praça do Instituto de Educação Gastão Guimarães.
20/06/2013	Marcha pacífica e democrática, formada por uma multidão de jovens preenche a avenida Getúlio Vargas no clamor por mudanças sociais.
27/06/2013	Manifestantes lotam a galeria da câmara municipal de Feira de Santana para reivindicar melhorias dos serviços públicos.
04/07/2013	Membros do movimento “Vem Pra Rua FSA” e pessoas ligadas a diferentes grupos sociais promovem manifestações por direitos sociais. Os manifestantes concentram na praça do Instituto de Educação Gastão Guimarães.
13/03/2016	Manifestantes contra o governo da ex presidente Dilma Rousseff reúne diversas pessoas em Feira de Santana.
10/05/2016	Manifestantes ligados à CUT nas rodovias federais. Na altura do km 592 -, BR 324 grupos de manifestantes colocaram objetos incendiados na pista para impedir a passagem de veículos, no sentido Feira de Santana - Salvador.
06/04/2018	Ato “Lula Livre” reúne manifestantes no centro da cidade.
10/04/2018	Manifestantes interditam BR 116 em protestos contra a prisão do ex-presidente Lula.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018
Elaboração: Martinez Santos Martins

Os noticiários acerca dos acontecimentos políticos destacam que em 18 de junho de 2013 em Feira de Santana internautas nas redes sociais com slogan “Saia de casa, venha para rua” mobilizaram centenas de pessoas para reivindicarem melhorias sociais no dia 20 de junho do mesmo ano. Nesta data cerca de dez mil pessoas participaram da manifestação na Av. Getúlio Vargas (A TARDE, 2018).

Durante a caminhada, postando faixas e principalmente cartazes, os manifestantes gritavam palavras de ordem pedindo a redução da tarifa de ônibus e entoavam o Hino Nacional brasileiro aderindo à mobilização nacional contra o valor das passagens e por questões sociais, como saúde, educação e segurança pública

Os manifestantes se concentraram inicialmente na Praça do Instituto de Educação Gastão Guimarães, depois seguiram pela Rua Aristides Novis e Avenida Getúlio Vargas em direção à prefeitura. Dentre os principais pontos de reivindicações colocadas pelos representantes do movimento em Feira de Santana estavam: Redução das tarifas dos ônibus coletivos, aumento de frota de ônibus, fim do monopólio dos serviços de transportes no município, CPI dos transportes públicos, construção de ciclovias, implementação de meia passagem em dinheiro no ônibus (GRANDE BAHIA, 2018)

Nesse contexto, a percepção dos associados acerca das mobilizações e protestos ocorridos entre junho de 2013 e 2018 revelam um olhar crítico diante dos últimos acontecimentos políticos no país e em Feira de Santana. Além disso, o percentual relativamente alto de 63% que avaliaram como positivo as manifestações colaboram para a afirmação de apoio as mobilizações e aponta para uma predisposição dos membros pesquisados das associações comunitárias em participarem de canais alternativos de participação política.

Por outro lado, além dos 26% que avaliaram que algumas mobilizações foram positivas, outros 11% utilizaram do predicativo vandalismo para expressar práticas que para eles seriam radicais e configurariam crimes, como por exemplo, atos de destruição do patrimônio público.

Não foi citada nenhuma manifestação específica acerca da avaliação feita pelos membros das associações comunitárias rurais. Entretanto, as expressões “quebra-quebra”, “bagunça” e “vandalismo” foram utilizadas pelos associados numa acepção geral, para eles em praticamente todas as manifestações houveram excessos, mas que não comprometiam a importância e relevância das pessoas estarem na rua protestando contra a corrupção e outras pautas.

Os noticiários acerca dos protestos ocorridos em Feira de Santana ratificam a ideia de que não foi notificado nenhum caso de confronto nem entre manifestantes nem com a Polícia Militar. As avaliações negativas acerca das manifestações parecem ser o resultado de percepções extraídas de manifestações e protestos transmitidos e noticiados pelos meios de comunicação que apresentaram em alguns momentos atos de vandalismo por segmentos mais radicais como ocorreu em São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesse contexto, a participação política por meio de canais informais pela sociedade civil como as mobilizações que tem ocorrido e se intensificado no Brasil desde

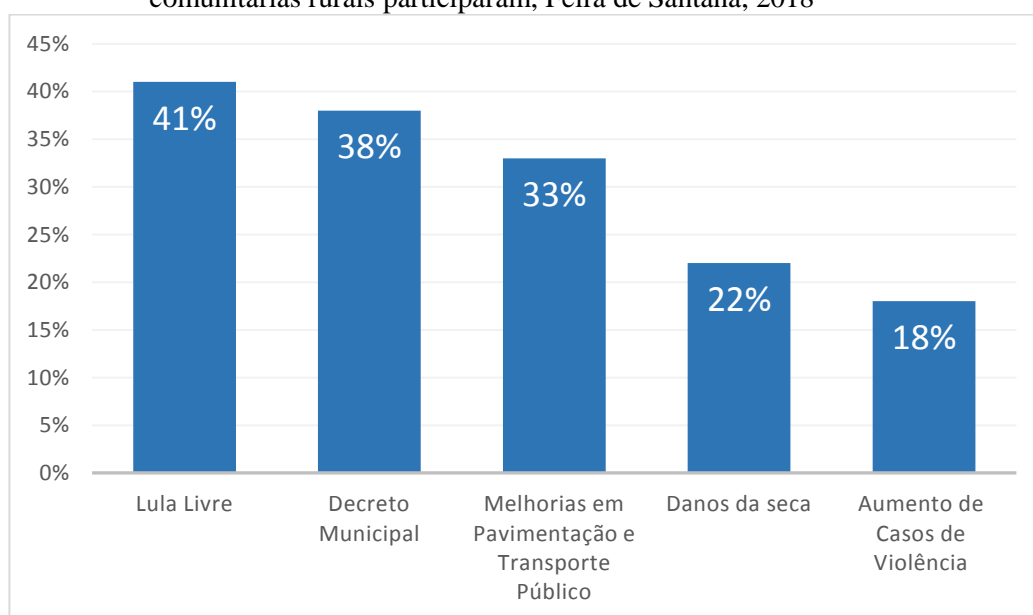
junho de 2013 surge como alternativa que ultrapassa os canais formais, fazendo com que a população em certa medida possa mostrar seu poder de organização e/ou mobilização na luta e enfrentamento das ineficiências das instituições políticas mediadoras da democracia.

5.3 Participação em mobilizações e protestos

Na questão correspondente a categoria em estudo foi solicitado que os membros pesquisados das associações comunitárias rurais citassem mobilizações e protestos que tenham participado nos últimos seis anos. Nesta questão cada um dos membros pesquisados pôde citar mais de uma atividade política não convencional, portanto, a soma das porcentagens ultrapassa o total de 100%.

Constatou-se que 41% dos associados pesquisados participaram das mobilizações contra a prisão do ex-presidente Lula, 38% mobilizaram-se contra o decreto municipal que autorizou a criação de novos seis bairros em Feira de Santana, 22% mobilizaram acerca dos danos causados pela seca, 33% reivindicaram melhorias na pavimentação, iluminação e transporte público e 18% protestaram contra o aumento de casos de violência nas comunidades rurais (Gráfico – 3).

Gráfico 03 – Mobilizações e protestos dos quais os membros pesquisados das associações comunitárias rurais participaram, Feira de Santana, 2018



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018
Elaboração: Martinez Santos Martins

As manifestações contra a prisão do ex-presidente Lula foi destaque por mobilizar centenas de pessoas na defesa de um ex chefe do maior cargo do poder executivo, que governou o país por dois mandatos consecutivos, com alta taxa de popularidade, e que em 2014 contribuiu decisivamente com a viabilização da sucessão por Dilma Rousseff, que sofreu um processo de impeachment em 2016.

Em Feira de Santana a primeira mobilização aconteceu com vários manifestantes, militantes políticos e comunidade que se reuniram na tarde de sexta feira (06/04) em frente à Praça de Alimentação, para protestar contra o decreto da prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. O decreto foi assinado pelo juiz Sérgio Moro e a prisão de Lula foi decidida com base no entendimento do STF fixado em 2016 que autorizou a execução provisória da pena de condenados pela segunda instância da justiça (GRANDE BAHIA, 2018).

Uma segunda mobilização foi realizada 1º de maio, no dia do trabalhador, na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da cidade (STR) e da Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Feira de Santana (APAEB) onde foi promovido um ato em comemoração ao dia do trabalhador, que contou com a presença de diversas lideranças políticas da região e segmentos organizados da sociedade civil. As palavras de ordem que marcou a data em Feira de Santana, como em todo Brasil, foi “Lula livre” (ACORDA CIDADE, 2018).

No que diz respeito ao percentual relativamente alto de membros que participaram das mobilizações em defesa do ex presidente Lula, duas considerações podem ter colaborado pra efetivo envolvimento desses agentes sociais em tais atividades políticas. A primeira consideração diz respeito a repercussão tanto nacional e internacional da prisão do ex presidente; a segunda, os diferentes argumentos em torno do julgamento e acerca da legalidade da prisão transmitiu em certa medida para o cidadão um sentimento de injustiça, principalmente, para aqueles eleitores que associavam a imagem do ex presidente às mudanças socioeconômicas que beneficiou segmentos sociais, em especial, os menos favorecidos.

As demais subcategorias foram agrupadas num bloco de mobilizações que estão diretamente relacionadas a problemas enfrentados diariamente pela população do campo, tais como dificuldade de acesso a transporte público, falta de água, aumento dos casos de violência e baixo diálogo do poder público com as associações comunitárias rurais.

Nesse bloco, destaca-se a mobilização dos produtores rurais contra a criação de novos bairros em Feira de Santana. Com o objetivo de legalizar a expansão urbana do município, a prefeitura oficializou a criação de seis novos bairros: Cis Norte (do acesso ao distrito de Maria Quitéria até Santa Babara), Pedra Ferrada (Próximo ao bairro Asa Branca), Mantiba (próximo ao distrito da Matinha), Registro (próximo ao distrito de Jaíba), Chaperral (ao lado do bairro Subaé) e Vale do Jacuípe (trecho da BR – 116/Sul) (GRANDE BAHIA, 2018).

De modo geral, o comportamento dos associados revela um perfil de eleitor que se envolve em questões políticas diversas que vão além de canais institucionais de participação política como as eleições periódicas. Tal perfil de envolvimento em canais não convencionais comunga com o ideal de democracia participativa que defende uma participação mais incisiva dos eleitores em questões políticas diversas e na elaboração e planejamento de políticas públicas.

Importante destacar que quatro das mobilizações que tiveram participação direta dos membros das associações estavam relacionadas a demandas diretamente ligadas a comunidade onde estão sediadas as entidades. Problemas estruturais como iluminação e pavimentação de ruas, a escassez de água e os prejuízos decorrentes da seca foram transformados em pautas de reivindicações e levadas ao conhecimento do poder público por meios de mobilizações e protestos.

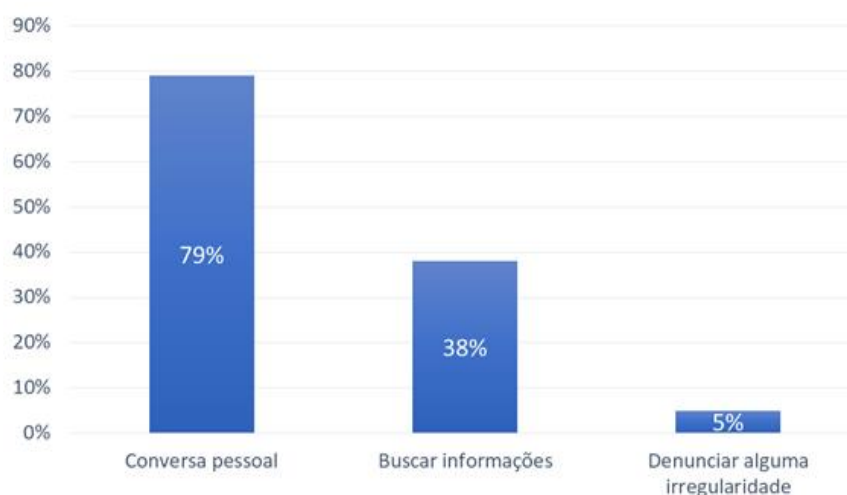
Nesse contexto, de acordo com a teoria da democracia participativa tal comportamento dos associados pode estar diretamente relacionado ao papel que o associativismo promove na vida das pessoas que se organizam coletivamente. O alto nível de confiança, interesse e conhecimento tem efetivamente levado um maior envolvimento desses agentes sociais nas questões políticas.

Nesse sentido, nessas localidades o associativismo tem promovido o fortalecimento de laços horizontais, trazendo maior politização e consciência para esses agentes sociais. Portanto, de modo geral, os membros das associações comunitárias rurais apresentam um alto nível de participação em atividades políticas não convencionais, em especial em questões que estão diretamente relacionadas com o cotidiano das comunidades rurais.

5.4 Uso das redes sociais

Na quarta categoria são apresentadas as respostas acerca do uso de redes sociais pelos membros das associações comunitárias rurais. A questão solicitou que os agentes sociais respondessem com quais finalidades as redes sociais são utilizadas por eles. A análise revelou que 79% dos associados disseram que fazem uso das redes sociais para estabelecer conversa pessoal com familiares e amigos, 38% afirmaram que utilizam para buscar informações, 5% denunciar alguma irregularidade (gráfico – 4)

Gráfico 04 – Finalidade no uso das redes sociais citadas pelos membros pesquisados das associações comunitárias rurais de Feira de Santana, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018
Elaboração: Martinez Santos Martins

As redes sociais têm dado grandes contribuições na difusão de diferentes conteúdos para públicos distintos. Rennó (2001) destaca que a opinião pública era basicamente formada com base em dados passados pelos veículos de comunicação tradicional como jornal, rádio e televisão. Com o desenvolvimento da tecnologia, as redes sociais têm ocupado um espaço anteriormente reservado a televisão.

Os protestos recentes no Brasil de junho de 2013 inicialmente em defesa da redução das passagens dos transportes públicos urbanos tiveram decisiva influência das redes sociais para organização, planejamento e mobilização de milhares de pessoas no país inteiro. A mobilização de usuários das redes sociais foi considerada umas das principais forças por trás das manifestações durante o mês de junho.

O percentual relativamente alto de associados que afirmaram utilizar as redes sociais para conversar com pessoas e fazer busca de informações pode estar diretamente relacionado a utilização dessas redes sociais pelos agentes sociais na mobilização e divulgação de informações acerca dos últimos protestos que tem acontecido em Feira de Santana desde junho de 2013. Além disso, os dados revelam que mesmo diante das dificuldades de acesso à internet encontrada em muitas comunidades rurais do município, a utilização das redes sociais é uma realidade e tem sido utilizada como instrumento político pelos membros das associações.

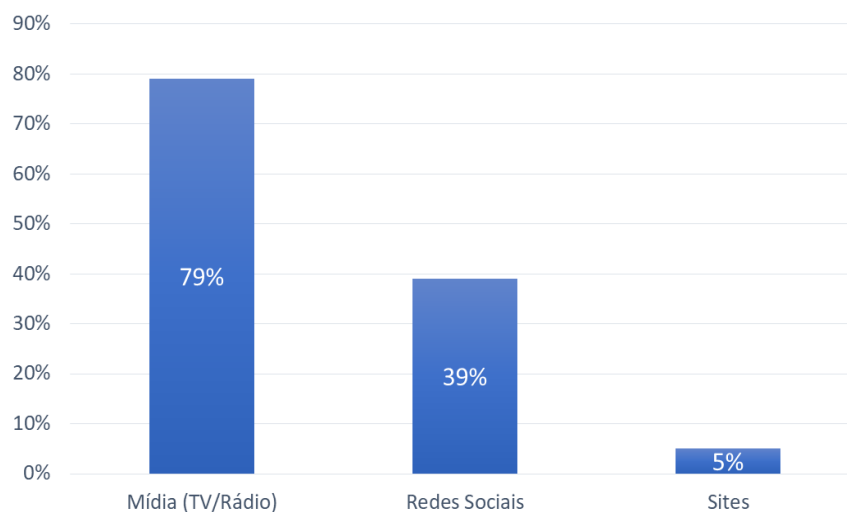
Em um percentual pequeno de 5%, as redes sociais também foram citadas enquanto instrumento de fiscalização e denúncia de irregularidades. Já existem pesquisas (RENNÓ, 2001) que indicam a internet como a fonte de informação que mais influencia o eleitor na escolha dos candidatos e na fiscalização de representantes políticos. Por outro lado, a dificuldade de acesso nas comunidades rurais também tem dificultado uma maior utilização desse segmento social dos benefícios que as redes sociais podem oferecer.

A literatura política aponta a internet como uma oportunidade para revitalização da democracia ao franquear novas formas de participação política, horizontal e independente das grandes estruturas políticas e organismos de comunicação de massa. (RENNÓ, 2001; CARREIRÃO, 2008). Nessa perspectiva pode-se afirmar que o uso contínuo e aprimorado das redes sociais e todas as outras possibilidades de novas tecnologias de comunicação podem promover uma maior transformação das relações sociais e incentivar a efetivação de uma participação política mais incisiva.

5.5 Acompanhamento e fiscalização dos representantes políticos

A quinta questão buscou analisar de que forma os membros pesquisados das associações comunitárias rurais fiscalizam a atuação dos representantes políticos. Na questão em análise foi possível que os associados citassem mais de uma possibilidade de acompanhamento e fiscalização. Constatou-se que 79% afirmaram que fazem uso da televisão ou rádio, 39% disseram usar as redes sociais e 5% sites de notícia para acompanhar e fiscalizar os representantes políticos (Gráfico-5).

Gráfico 05 – Meios utilizados pelos associados pesquisados das associações comunitárias rurais para fiscalizar a atuação dos representantes políticos, Feira de Santana, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018
Elaboração: Martinez Santos Martins

De acordo com o conceito de participação política defendido por Bonifácio (2012) o envolvimento do cidadão com a política não deve ser resumido tão somente ao ato de comparecer às urnas de modo periódico. É necessário que o eleitor acompanhe por diversos meios a atuação dos representantes eleitos e se envolvam por diversos canais acerca das discussões, elaboração e fiscalização de programas e políticas públicas.

Além dos canais institucionais de acompanhamento dos gastos públicos, o eleitor sofisticado costuma fazer uso de diversos outros meios tais como audiências públicas, frequentar sessões em câmara de vereadores, participar de conselhos municipais, tudo isso com o objetivo de acompanhar a atuação dos gestores no que diz respeito a posicionamentos políticos sobre questões diversas e investimento do dinheiro público.

No caso específico, observou que a televisão e o rádio possuem uma forte influência acerca da atuação e informação referentes aos representantes políticos para os membros pesquisados das associações comunitárias. Entre os três meios utilizados pelos associados enquanto instrumentos de acompanhamento e fiscalização, a televisão e o rádio foram os mais citados.

Rennó (2001) tem defendido que mesmo com o uso crescente em massa das redes sociais, a mídia tradicional ainda desempenha um papel relevante na difusão de informações e conteúdos diversos. Nesse sentido, tal constatação leva a afirmação de que

a televisão tem uma grande influência sobre as informações obtidas pelos membros das associações, e, por outro lado, um papel decisivo e talvez influenciador quando esses eleitores vão escolher seus candidatos e fiscalizar sua atuação.

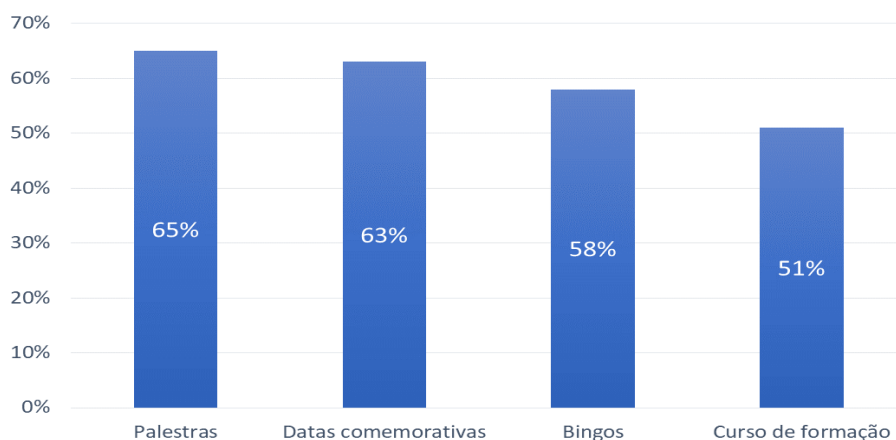
Na última eleição presidencial (2018) foi notório a influência que as redes sociais conseguiram ter sobre os eleitores, principalmente pela velocidade e abrangência na divulgação das mensagens. Candidatos de diversos partidos fizeram uso de redes sociais para divulgar proposta de governo e/ou confrontar candidatos opositores com mensagens que repercutiram em todo país.

Portanto, constatou-se a substituição dos tradicionais programas eleitorais por mensagens transmitidas por canais online, e que em pequenos instantes conseguia alcançar milhões de eleitores nos quatro cantos do país. Nesse sentido, as divulgações de mensagens pelas redes sociais tiveram uma forte influência na hora do eleitor escolher seu candidato. O resultado é que as pessoas estavam e cada vez mais continuam ligadas aos acontecimentos que são divulgados nas redes sociais, muitas vezes antecedendo aos meios tradicionais como rádio e televisão.

5.6 Atividades realizadas pelas associações comunitárias

A literatura política (AVELAR, 2007; BAQUERO, 2008; BONIFÁCIO, 2012) destaca que são diversas as formas de participação política engendradas num sistema democrático. Nesse sentido, buscou-se aqui identificar de que forma o interesse e o envolvimento político dos agentes sociais são incentivados no ambiente das associações comunitárias rurais investigadas. Os dados revelam que as associações comunitárias lançam mão de diferentes meios e mecanismos tais como palestras, datas comemorativas, bingos e cursos de formação com o intuito de estimular tanto o interesse quanto a participação política dos agentes sociais nas questões que dizem respeito a coletividades, portanto, a toda comunidade. (Gráfico – 6)

Gráfico 06 – Atividades realizadas pelas associações comunitárias rurais para estimular o interesse e a participação política dos associados, Feira de Santana, 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018
Elaboração: Martinez Santos Martins

Constatou que 65% dos associados pesquisados afirmaram que grande parte das atividades realizadas para incentivar a participação política são palestras voltadas tanto para os membros das associações como também para outras pessoas da comunidade que não são associadas às entidades. As temáticas das palestras são diversificadas, entretanto, em sua maioria estão relacionadas a importância da participação dos agentes sociais em questões coletivas, sobre cooperativismo e união dos membros das associações, como também, sobre saúde das mulheres e técnicas de cultivo.

Além disso, o que pode-se observar é que essas atividades não acontecem de modo independente. Cinquenta e oito por cento dos associados citaram as atividades de bingo que normalmente são realizadas em datas comemorativas e/ou em atividades recreativas. As datas comemorativas mais citadas foram Dia das Crianças (12 de outubro), Dia Internacional da Mulher (8 de março), Dia das Mães (segundo domingo do mês de maio), Dia dos Pais (segundo domingo do mês de agosto) e em especial o Dia do Trabalhador e Trabalhadora rural (25 de maio).

Os cursos de formação em sua maioria são promovidos pelo Movimento de Organização Comunitária - MOC que busca desenvolver atividades voltadas para o desenvolvimento sustentável e ações de fortalecimento das comunidades rurais, da agricultura familiar, dos direitos da mulheres, homens e crianças do campo.

Portanto, em certa medida, as associações comunitárias rurais investigadas apresentam um repertório considerável de mecanismos que podem ser incluídos no rol de

atividades que são realizadas no intuito de promover uma maior agregação, interesse e envolvimento dos associados e de outros membros da comunidade.

Nesse sentido, observa-se que as atividades citadas pelos membros das associações possibilitam uma maior aproximação entre os agentes sociais e, conseqüentemente, promovem um maior envolvimento desses associados em outras atividades de cunho político tal como manifestações e protestos.

Além disso, o fato das atividades serem realizadas para pessoas que não são integrantes das entidades pode ser um grande incentivador para que novos membros venham a surgir dessas reuniões. Portanto, o alto nível de confiança interpessoal (Quadro 5) ratifica esses laços entre os membros das associações, ou seja, a confiança desempenha um papel decisivo nessas entidades, contribuindo em certa medida para uma relação horizontal e de maior envolvimento dos seus membros.

5.7 A Percepção dos representantes acerca dos associados e das associações comunitárias rurais.

A entrevista com cada um dos representantes das dez associações comunitárias rurais investigadas buscou evidenciar alguns pontos ainda obscuros que não foram apreendidos na análise dos questionários, tais quais, a percepção dos representantes acerca da participação dos associados, a importância da associação para a comunidade, perspectivas futuras e a relação com a política.

Na primeira pergunta da entrevista buscou analisar a percepção dos representantes acerca do nível de envolvimento dos agentes sociais em atividades da associação, sendo os 10 representantes identificados pela sigla IF (Informantes).

Os representantes foram unânimes em afirmar que o envolvimento dos associados tem crescido, tanto em reuniões realizadas na sede da própria associação quanto no grupo de produção na confecção e venda de mercadorias. Conforme expõem os relatos a seguir:

Hoje o pessoal está participando mais. Começaram a participar mais depois que viram as mudanças acontecerem na comunidade. Hoje o número é bem maior de associados que participam de reuniões, dos cursos de formação. Tudo que conseguimos para a associação foi com o empenho de todo mundo. Todo mundo sabe quando vem alguma coisa vem para todo mundo. IF1

Tem participado muito mais. Ainda tem aqueles que não aparecem, mas tem chegado mais pessoas. Até por que tem visto as mudanças. IF2

Só não participa quem não quer. Eles sabem que sem a participação a associação não vai para lugar nenhum. Eu acho que tem crescido o número de pessoas, não muito, mas, tem. IF3

Com certeza. Hoje são mais de 400 associados. A associação só vai para frente se participar, se tiver gente de luta. IF4

Tão participando mais. A gente chama para conversar com aqueles que não participam. Mas hoje tem vindo mais gente para as reuniões. As coisas só acontecem se todo mundo participar. É bom para todos. Depois das coisas que conquistamos e de muita conversa o pessoal tem participado. IF5

Hoje participa mais, tivemos algumas conquistas, conseguimos as máquinas para fazer os biscoitos, as pessoas veem a conquista e querem participar. IF6

Eu acho que a participação aumentou. Sempre tem aqueles que aparece em vez em quando, só quando tem algum benefício. Mas aumentou mais a participação. IF7

Poderia participar mais. É até difícil dizer, as vezes aparece, as vezes o pessoal não vem. Mas vão vendo que sem a associação fica difícil e muita coisa que temos hoje foi depois da associação. IF8

Vem quando quer. Quando tem alguma coisa que seja bom, aqui fica cheio. Eu falo direto que não se deve vim só quando tem alguma coisa não. Tem, tem aparecido mais gente. IF9

Sim, participa mais. O pessoal aqui percebeu que quanto mais gente, quanto mais a gente correr atrás para conquistar as coisas, nossa independência é melhor para todo mundo. IF10

De modo geral, o que pode ser constatado nos depoimentos dos representantes é que a participação dos agentes sociais em atividades coletivas tais como reuniões, palestras e cursos de formação tem crescido com o passar dos anos. Os representantes (IF1, IF2, IF5, IF6, IF8, IF10) afirmam que uma maior participação dos associados foi percebida a partir do momento que por meio da luta coletiva foi possível alcançar benefícios tanto para a associação quanto para comunidade.

Nesse sentido, os depoimentos levam a afirmação de que com a organização coletiva muitas conquistas têm sido concretizadas e isso tem feito com que os associados enxerguem no associativismo uma maneira eficaz para solucionar problemas individuais e coletivos, além de encaminhar demandas da comunidade para o poder público.

Chamou atenção também os depoimentos dos representantes (IF1, IF3, IF4, IF10) quando ratificam em suas respostas a importância do real envolvimento dos membros das associações na luta por mudanças e conquistas que visam transformar para melhor a vida das pessoas. Os depoimentos demonstram a preocupação com as questões coletivas e a percepção que de fato a participação e o envolvimento coletivo numa associação comunitária é imprescindível para que as conquistas aconteçam em prol de todos.

Os interlocutores (IF7, IF9) destacam que de modo factual tem percebido que a participação dos associados tem crescido, ou seja, tem notado uma maior preocupação com as questões coletivas e envolvimento em diversas atividades realizadas pela associação, entretanto, destaca a existência de alguns comportamentos que geram um certo grau de insatisfação por parte dos associados.

Tal comportamento é destaque pelos dois representantes como sendo de pessoas que comparecem as atividades das entidades de modo sazonal, ou seja, quando possuem um certo grau de certeza que podem garantir algum benefício específico. Tal comportamento configura-se como desviante já que o envolvimento contínuo é um dos princípios norteadores do próprio associativismo, levando em consideração que as discussões e o diálogo antecedem as conquistas, que em muitos casos são concretizadas depois de trilhar um longo caminho de embates com o poder público.

Na segunda questão pretendeu-se analisar a percepção dos representantes acerca da importância da associação para comunidade. Os depoimentos dos entrevistados mostraram-se uniformes em destacar a importância da associação tanto na vida dos associados quanto para a comunidade em geral.

Muita importância. Você sabe que nem sempre a gente tem vitória. Na verdade, é mais luta que vitória, mas mesmo assim é muito importante a associação. As pessoas hoje passaram a creditar mais na associação e participar. IF1

Muita importância. Por que as coisas só acontecem quando a gente busca. Muitos benefícios foram conseguidos depois de muita luta, depois que todo mundo correu atrás juntos. Recebemos cisternas, equipamentos para fazer os biscoitos, braço de luz. As mulheres do grupo de produção hoje têm sua independência financeira. Não precisa esperar pelo marido para comprar nada. Tem seu dinheiro. IF2

Não tem vitória sem luta. Se a gente parar é difícil. Tem que correr atrás mesmo. A associação precisa de gente, por isso é muito importante. O grupo de produção ainda é pequeno, mas já é uma conquista. IF3

A associação é importante para quem dá importância. Só quem sabe a luta que é para colocar uma associação para andar é que se envolve. Acho sim, muito importante, para todo mundo. IF4

As coisas já são difíceis e se não se organizar e não buscar não chega nada para gente. Mas depois da associação melhorou muito aqui. O grupo de produção ajudou muito. Todo mundo unido, o que a gente ganha divide para todo mundo, só depende do esforço. Melhorou muito depois da associação, mais ainda depois do grupo de produção. IF5

Depois que o pessoal viu os benefícios, todo mundo quer participar. Eles tão vendo aí a importância que tem na vida de todo mundo, independência financeira, ganhar um dinheirinho a mais. IF6

A gente ouvi por aí, até mesmo na comunidade que a associação não faz nada. Mas as pessoas sabem que as coisas chegam quando vai atrás. Se a gente ficasse parada não chegava nada. Eu não me benefico de nada para mim. É muito importante sim. Pode perguntar para que está no grupo de produção, o dinheiro é pouco, mas a gente já compra alguma coisa para casa, para a gente mesmo, a realidade é outra. IF7

A associação tem importância de mais. Tudo que a gente conquistou veio porque fomos atrás. Não foi nenhum político que trouxe não. As coisas aqui do grupo de produção tudo foi a gente mesmo, correndo atrás e compramos. IF8

Muita importância. Tem gente que pensa que a associação não resolve nada. Mas depois dos equipamentos para fazer os biscoitos da Feira produtiva muita gente tem se chegado. Mas na hora de se organizar para buscar ninguém acreditava. Mas hoje todo mundo reconhece a importância da associação. IF9

A importância quem dá é agente né. Aqui o pessoal se envolve, participa. Então tem importância sim. Se não tiver importância acaba. E o pessoal só vem quando a gente chama e ver fazendo alguma coisa. IF10

Os destaques das respostas concentram em torno dos benefícios que foram alcançados para a associação e comunidade por meio da busca e luta engendrada pelos associados. São destacados pelo representante (IF2) benefícios como cisternas, equipamentos para produção de biscoitos doados pelo Programa Feira Produtiva e a iluminação nas vias públicas. Destaque também para os grupos de produção que tem em sua grande maioria a participação de mulheres na comercialização de biscoitos de goma, costura, artesanato, licor.

Sobre as respostas do representante (IF2, IF3, IF5, IF6, IF7, IF8) nota-se a importância do grupo de produção na vida das mulheres do campo. O que demonstra um certo grau de independência dessas mulheres frente a cultura machista que é evidenciada

em diversos ambientes sociais, principalmente, em comunidades rurais, onde muitas mulheres vivem submetidas e dependentes de seus companheiros.

A possibilidade de maior organização por meio do grupo de produção, nesse sentido, além de garantir uma renda para diversas famílias, ainda tem um rebatimento positivo na vida das mulheres, dando maior visibilidade e autonomia financeira.

Destaque também para os representantes (IF1, IF6, IF9, IF10) ao ressaltar a importância do grupo de produção na vida dos associados e o aumento da participação à medida que outras pessoas que não participavam ou participavam sazonalmente passaram a conhecer que a luta e reivindicações do grupo surtiram efeito positivo na vida dos associados. Tal reconhecimento do trabalho da associação por parte de pessoas que não se envolviam aparecem como um incentivador para que outras pessoas busquem as associações e se interessassem pelas atividades desenvolvidas.

Quando perguntado sobre as expectativas a curto, médio e longo prazo as respostas foram diversas. Os resultados variaram de acordo com as demandas específicas de cada associação e comunidade que elegeram suas prioridades.

Muitas coisas precisam melhorar aqui. Mas de imediato o que a gente mais precisa é que melhorem o transporte público aqui. Quando chove aqui fica complicado para ir para outro lugar. IF1

Expandir nossos produtos. A gente aqui, o grupo de produção até que consegue vender. Quando divide tem mês que dá para tirar um dinheiro bom, tem mês que não. Se tivesse outros locais para comprar. IF2

A principal demanda hoje é aumentar a produção e divulgação da mercadoria. Ia ajudar muito. Aumentar a renda. Com autorização da vigilância ia ajudar muito. O que está precisando mais é isso. IF3

Como eu falei, o Alvará da Vigilância Sanitária para comercializar e vender os produtos para supermercado né. Sem a licença a gente não pode vender porque eles não compram. A prefeitura não libera. IF4

Os associados precisam participar mais. Não é só vim quando tem alguma coisa boa não. Por que todo tempo vai aparecer mais necessidades. Aumentar as mercadorias do grupo de produção e a venda também. IF5

Precisa de muita coisa. As estradas aqui não estão boas, com essas chuvas pioraram. Aqui também fica muito distante do posto de saúde, qualquer coisa que precisamos se alguém tiver doente é muito trabalho. Antigamente não tinha roubo, hoje a gente não pode comprar um celular

que é roubado, dificilmente aparece uma viatura da polícia aqui. Tem muitas coisas aqui para ser feita. IF6

A gente tem que cobrar mais dos políticos. Tem faltado água aqui. As vendas também das mercadorias estão baixas. Muitos problemas de segurança. IF7

Nós precisamos de muitas coisas ainda aqui na associação. Hoje o mais importante que a gente precisa é o Alvará de Vigilância sanitária para comercializar os biscoitos para outros lugares. Sem o Alvará não podemos vender. IF8

A comercialização das mercadorias. A gente até vende, mas não é o suficiente. Muita mulher já tem seu dinheiro. Eu falo para elas direto que a gente precisa cada vez mais fortalecer o grupo. Mas a venda não é grande. IF9

O que a gente mas precisa é expandir a venda dos biscoitos de goma, do artesanato que a gente faz. Hoje muitas mulheres se sustentam com esse dinheiro. IF10

Assim como a cidade, a vida no campo apresenta suas especificidades de acordo com sua realidade própria. As respostas da presente questão evidenciam essas peculiaridades de forma clara. As demandas vão desde questões estruturais como pavimentação de estradas, construção de postos de saúde mais próximos da comunidade, como também, maior segurança no campo.

A notoriedade das respostas então nos informantes (IF2, IF3, IF4, IF5, IF 7, IF 8, IF9, IF 10) que responderam que uma das principais demandas das associações comunitárias rurais é a oportunidade de expandir a produção de biscoitos e artesanatos que são produzidos em sua grande maioria por mulheres para outros mercados consumidores. O alvará da vigilância sanitária foi citado duas vezes como sendo um grande empecilho para a expansão das mercadorias produzidas pelo grupo de produção.

O licenciamento sanitário, conforme RDC 207/2008, é o ato legal que permite o funcionamento de estabelecimentos, constatada sua conformidade com requisitos legais e regulamentares, sendo o Alvará Sanitário, conforme Lei 13.317/1999 o documento expandido por intermédio de ato administrativo privativo do órgão sanitário competente, contendo permissão para o funcionamento dos estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário.

Portanto, além de outras demandas imediatas como a melhoria do transporte público, segurança e as consequências decorrentes da seca, conforme os informantes (IF1,

IF5, IF6, IF7), somado a isso, a escassez de recursos financeiros impede de modo decisivo que essas associações que possuem grupos de produção possam expandir suas mercadorias.

Algumas dessas organizações já contam com espaço reservado para produção e equipamentos doados pelo Programa Feira Produtiva de economia solidária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, entretanto, em sua grande maioria as associações comunitárias carecem de equipamentos específicos para produção e adequação das instalações necessárias para a liberação do Alvará.

Tal realidade tem inibido a expansão da comercialização e, conseqüentemente, impedido também que trabalhadores rurais, em sua grande parte mulheres, possam aumentar a produção para comercializar e garantir uma renda extra, o que traria conseqüências positivas em termos de ganhos materiais e uma maior independência financeira.

Quando perguntado aos representantes acerca das percepções sobre o atual contexto da política, as respostas demonstram um certo grau de indiferença e descrédito em relação a representação política.

O povo vota e não vê muitas mudanças. Agora mesmo querem acabar com tudo. Mas a política é assim. Melhora e piora. IF1

A política hoje está complicada. É muito roubo. Eu mesmo não gosto muito de me envolver, só quando tem grande necessidade. O que a gente gosta é de caminhar com as próprias pernas sem precisar de ninguém. IF2

Só quando precisa de alguma coisa que a gente tem que recorrer a um político. Mas nós da associação não nos envolvemos em campanha. IF3

Às vezes tem que a gente busca para resolver alguma coisa. Eu falo ao pessoal ninguém precisa votar nele, mas a gente tem que reconhecer as pessoas que fazem algo para gente da associação. IF4

Aqui a gente não quer mais esse negócio de político nem fazer campanha para ninguém. Antigamente, o último presidente antes de mim era assim. Hoje não. Cada um vota em quem quiser. E a gente aqui não fica atrás de político não. IF5

A gente já percebeu que esse negócio de depender de político não dá certo. Vinha, ajudava, quando era durante a campanha vinha atrás de voto. Quando ganha virava as costas. Ai o pessoal aqui ficava pensando que o presidente da associação era que ganhava algum benefício. Aqui não vem político nenhum por que a gente não quer. IF6

Cada vez mais a confiança diminui. Como vai confiar né! Não chega nada para quem precisa. Eu voto, mas já não tenho tanta confiança não. IF7

A gente tem que acreditar na política. Sem política não resolve nada. Tem que ir atrás, cobrar. E votar certo. Hoje está difícil acreditar. Mas a gente tem que cobrar dos políticos e não desistir. IF8

Está cada vez mais complicado esse negócio de se envolver em política. Eu prefiro ficar na minha. É tanta roubalheira. A gente vota porque tem que votar. Sempre foi assim a política. Tem tempo que as coisas tão boas, outras nem tanto. Aqui na associação cada um vota no candidato que quer. Eu não faço política. IF9

Está complicado demais. Tem alguns políticos que fazem alguma coisa, mas grande parte só que venha nós. A gente vota, mas não ver mudança. IF10

Os representantes (IF1, IF2, IF7, IF9, IF10) revelam o comportamento típico do eleitor brasileiro, em específico como resultado do atual momento de incertezas que tem sido agravado com a crise política. Contata-se um comportamento apático, com certo grau de conformismo em relação as práticas nocivas do jogo político.

Os representantes (IF3 e IF4) revelam o quanto tem sido difícil a apreensão da realidade política pelo eleitor, além disso, apresenta características de certo grau de dependência em relação a personagens políticos no intuito de obter benefícios ou vantagens. Em certa medida, é uma prática um tanto comum para muitas associações comunitárias. Entretanto, a análise do questionário e das entrevistas com os representantes não evidenciam que esta seja uma prática rotineira nas associações comunitárias rurais investigadas.

Por outro lado, os representantes (IF5 e IF6) demonstraram um comportamento de total imparcialidade em relação a possíveis candidatos ou políticos oportunistas. É comum políticos ou candidatos se aproximarem de associações no intuito de oferecer futuros benefícios em troca de apoio político, portanto, de voto. Os representantes (IF5 e IF6) aparentam ter um comportamento de independência e negação de qualquer relação clientelista com representantes políticos. O que foi constatado nos depoimentos foi uma busca de independência, autonomia política e financeira enquanto meta e princípio dessas associações.

De modo geral, pode-se afirmar que as percepções dos dez representantes em relação aos aspectos abordados na entrevista apresentam relativa similaridade. Em certa

medida, isso ocorre devido o próprio momento de incertezas políticas e econômicas em que o Brasil se encontra, mas também, é o resultado das condições sociais e econômicas vivenciadas pela população rural de Feira de Santana ao longo dos anos. A literatura política argumenta que indivíduos que convivem em ambientes similares diante das mesmas condições socioeconômicas costumam ter percepções e posicionamentos políticos semelhantes diante de questões e problemas comuns (VERBA, 1989).

Como ficou evidenciado no depoimento dos representantes, atualmente em praticamente todas as associações comunitárias rurais pesquisadas é percebido um crescimento do envolvimento dos agentes sociais nas questões que dizem respeito tanto as entidades quanto a comunidade como um todo. Tal comportamento pode estar ligeiramente relacionado a própria importância das associações comunitárias para os associados e, também, ao reconhecimento das conquistas alcançadas pelo coletivo de pessoas.

O alto sentimento de confiança interpessoal constatado entre os próprios membros também pode ser um fator que explique esse crescimento do envolvimento e uma tomada de consciência coletiva desse segmento social no sentido de reconhecer o associativismo enquanto instrumento político de visibilidade política.

Por outro lado, chama atenção o nível de desilusão com a política e com alguns personagens que tem se aproximado das entidades em busca de apoio político e/ou eleitoral. Entretanto, mesmo a apatia política sendo unanime entre os representantes das entidades, tal posicionamento parece não ter sido um fator que desmotive os membros das associações a continuarem buscando e reivindicando direitos por meio do associativismo comunitários nessas localidades rurais. Pelo contrário, observa-se por parte dos membros das associações a busca, criação e a viabilização de canais alternativos de participação política que a própria convivência associativa tem possibilitado.

A literatura especializada (BAQUERO, 2003; AVELAR, 2007; BONIFÁCIO, 2012) destaca que a busca por canais alternativos de participação política não é percebida com frequência em democracias recentes como o Brasil. Entretanto, a análise dos questionários e entrevistas deixa claro a existência desse tipo de busca por canais informais de participação política pelos membros pesquisados das associações comunitárias rurais, no sentido de gerar maior interferência dos seus membros em questões políticas diversas.

Nesse sentido, os membros das associações demonstraram uma participação expressiva em manifestações tanto no que diz respeito a problemas em escala local como mobilizações contra a falta de segurança e infraestrutura nas comunidades, mas, também, a participação em atividades políticas com abrangência nacional como as manifestações contra a prisão do ex presidente Lula.

Além disso, o próprio estoque de capital social presente nessas organizações influencia decisivamente no comportamento desses agentes sociais. Baquero (2001) defende que organizações comunitárias que apresentem elevado índice de confiança interpessoal e preocupação com questões coletivas tem grande disponibilidade que construir laços fortes de solidariedade e relações horizontais para solucionar demandas sociais e encaminhar aos poderes públicos.

Portanto, o perfil de desilusão apresentado pelos membros das associações se numa perspectiva possa parecer contraditórios e desanimador, por outra, a busca por canais alternativos de participação dentro da diversidade que o associativismo pode possibilitar é visto pela literatura como um comportamento positivo de uma cultura política participativa e crítica aos limites da representação no sistema político brasileiro. Mesmo diante de um elevado grau de descrença e decepção com os caminhos que a política tem percorrido, observa nos depoimentos características de um associativismo forte em prol das melhorias de qualidade de vida das pessoas e da luta constante por direitos. O revelador está no discurso quase unânime na defesa de um associativismo independente de relações clientelistas, na autonomia dos agentes sociais e em uma maior visibilidade política.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O déficit de participação política tem sido um dos principais dilemas de democracias recentes como no caso do Brasil. De modo geral, tem observado e constatado por diversos estudos e pesquisas um crescente movimento de distanciamento dos cidadãos em relação à política. Se para as democracias consolidadas tal comportamento apático em relação aos canais institucionais é visto como uma visão crítica de um eleitor sofisticado, por outro lado, no caso de democracias recentes tal comportamento é interpretando com preocupação pelos especialistas.

A democracia enquanto conceito tem como princípio básico a participação dos cidadãos por meio de diferentes canais, sejam eles institucionais ou não. A literatura política defende que a participação política dos cidadãos é considerada um importante instrumento de consolidação e aperfeiçoamento de um regime democrático. Nesse sentido, sem a participação dos cidadãos nas questões públicas a democracia perde em qualidade restando tão somente seus aspectos formais e/ou institucionais.

Diante da crise de representação recorrente em praticamente todas as democracias ocidentais, procurou-se neste trabalho refletir acerca da importância do associativismo para o fomento e incentivo a participação política dos membros das associações comunitárias rurais.

Um dos achados mais relevantes da pesquisa se deu em torno da variável confiança. Se por um lado, o percentual de agentes sociais que confiam em instituições mediadoras da democracia mostrou-se inexpressivo, por outro, a confiança nos membros das associações comunitárias rurais revelou-se expressivo. Tal constatação evidencia um perfil de associado que tem como princípios básicos o civismo, a solidariedade e o respeito as normas coletivas.

Além disso, os índices de interesse, envolvimento e conhecimento de aspectos relacionados à política foram reveladores. Destaca-se os diversos protestos e manifestações que tiveram a participação ativa desses agentes sociais. Manifestações estas tanto de repercussão nacional como foram os protestos em 2013 contra a corrupção, mas, também, protestos relacionados a problemas das comunidades em que os agentes sociais estão inseridos. Portanto, os membros das associações comunitárias rurais demonstraram em sua maioria um perfil de leitor sofisticado, atento as questões políticas

diversas, com conhecimento de personalidades políticas ligadas a cargos na esfera municipal, estadual e nacional.

Por outro lado, os dados acerca da preferência partidária mostram-se ínfimos, ou seja, inverso aos atributos esperados de eleitores que possuem grande sofisticação política e alta confiança interpessoal. Em certa medida, a baixa preferência partidária é explicada pelos índices de desconfiança dos membros das associações em instituições públicas como Congresso Nacional e Partidos Políticos. Tal comportamento tem feito com que os membros das associações comunitárias busquem novas alternativas informais de participação para que possam se envolver de modo efetivo na política.

Destaca-se o alto percentual de confiança interpessoal depositado tanto em indivíduos da própria família quanto em membros da associação. Tal achado conduz a conclusão da existência de uma cultura cívica fundamentada em laços de confiança e solidariedade. Características essas de uma cultura política forte que explica a persistência desses agentes sociais que mesmo diante de tantas dificuldades encontram disposição para continuarem unidos na luta contra a invisibilidade social, a falta de recursos e tantas outras injustiças sociais.

É importante ressaltar que os problemas, dificuldades e desafios ainda são grandes nessas organizações sociais. E a negligência e falta de apoio dos poderes públicos tem intensificado ainda mais essa realidade. Além de questões relacionadas a própria infraestrutura das comunidades, as dificuldades encontradas pelos grupos de produção na feitura e comercialização de mercadorias apresenta-se como uma demanda imediata. Conseqüentemente, a ausência do poder público e as dificuldades de comercialização das mercadorias, de alguma forma, leva a um comprometimento de toda a rede de associativismo que tem se mantido e agregado um maior número de pessoas nessas entidades.

Como citado anteriormente, a confiança interpessoal tem sido um princípio base desses grupos, mas a possibilidade de produção e a socialização de ganhos financeiros por meio da comercialização de mercadorias oriundas de matéria prima da própria comunidade tem criado uma dinâmica diferente nessas localidades. Em outras palavras, tem incentivado as pessoas a participarem das atividades, não numa perspectiva de interesses egoístas, mas, na possibilidade de encontrar no associativismo comunitário um

canal de participação política que possa garantir uma renda e a permanência de mulheres e homens no campo com maior autonomia, independência financeira e politização.

Diante dos resultados obtidos por meio da análise dos dados e do diálogo com os conceitos e as teorias pode considerar que os membros das associações comunitárias gozam de um alto nível de capital social. Conceito este considerado importante para explicar a persistência de economias locais, a conquista de direitos e a interferência de grupos de pressão no planejamento, implementação e fiscalização de políticas públicas.

Portanto, pode-se afirmar que as associações comunitárias rurais investigadas apresentam atributos de cultura política que possibilitam contribuir positivamente para o fortalecimento de redes associativas, mas, também, para o aperfeiçoamento da democracia participativa. Tais especificidades constatadas fazem das associações comunitárias rurais importantes canais de participação política, no sentido de possibilitar aos agentes sociais alternativas de envolvimento nas questões políticas e maior visibilidade em relação aos poderes públicos.

REFERÊNCIAS

À TARDE. **Internautas convocam manifestações em Feira de Santana.**

Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1511803-internautas-convocam-manifestacao-em-feira-de-santana>> Acesso em: 12.março.2018

À TARDE. **Protestos chegam a 34 cidades no interior.**

Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1512363-protestos-chegam-a-34-cidades-do-interior-baiano>>. Acesso em: 12.março.2018

ALMOND, G; VERBA, S. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy.** In Five Nations. Nova York: Sage, 1989.

AMORIM, Salete Souza. **Opinião pública e reflexos da participação política no Paraguai.** Congresso Latino Americano de Opinião Pública da Wapor (4). Opinião Pública, Democracia e Novas Tecnologias: interações e desafios. **Anais...** Belo Horizonte, 2011, pág. 1-24.

Disponível em: <<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/Maria-Salette-Souza-de-Amorim.pdf>>. Acesso em 09mar2018.

AVELAR, Lúcia. **A relação Estado/Sociedade, a participação política e os atores.** São Paulo: Ed. 2. Editora Unesp, 2007, p.261-279.

AUGUSTO, Carlos. **Em protesto contra o atual sistema de transporte público, população promete ir às ruas de Feira de Santana dia 20 de junho de 2013. Jornal Grande Bahia.**

Disponível em: <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2013/06/populacao-promete-ir-as-ruas-de-feira-de-santana-dia-20-em-protesto-contra-o-atual-sistema-de-transporte-publico/>> Acesso em: 12.março.2018

AUGUSTO, Carlos. **Presidente da câmara de Feira de Santana recebeu pauta de reivindicações dos manifestantes.**

Disponível em: <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2013/06/presidente-da-camara-de-feira-de-santana-recebeu-pauta-de-reivindicacoes-dos-manifestantes/>> Acesso em: 12.março.2018

BAQUERO, Marcello; AMORIM, Salete Souza. **Cultura política fragmentada: papel do capital social na democratização brasileira**. Sociedade e Cultura. V.7, n 1, 2004, pág. 9-20. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/917>>. Acesso em 12mai2018.

BAQUEIRO, Marcello. **Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil**. Opinião Pública, Campinas, vol.14, nº2, 2008, pág.380-413.

_____. **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2003.

_____. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2007

BONAVIDES, Paulo. **Constituinte e Constituição: a democracia, o federalismo, a crise contemporânea**. Ed. 3. São Paulo. 2010.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: Alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. Opinião pública, Vol. XI, nº1, Março, 2005, p. 147-168.

BERNADO, Alexandre José; RENNÓ, Lúcio. **Confiança interpessoal e engajamento cívico: Uma análise correlacional**. Psicologia em pesquisa, UFJF 1 (02) 54-66, julho - dezembro de 2007.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BONIFÁCIO, Robert. **A participação política no Brasil**. Em Debate, Belo Horizonte, v.4, n.6, p.34-45, set. 2012

BORBA, Julian. **Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: Alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro**. Opinião pública. Campinas. Vol. XI, nº1, 2005, p.147-168.

BOURDIEU, Pierre. **La Capital Social**. Actes de la Recherche em Sciences Socieales. 1999.

CASTRO, Mônica. **Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política. 1994**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994.

CASTRO, Mônica. **Eleitorado brasileiro. Composição e grau de participação**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp. 2007, p.349-358.

CAMPOS, Rosana Soares. **Democracia procedimental: apontamentos teóricos e a redemocratização da América Latina**. Contextualizaciones Latinoamericanas, v. 9, p. 01-08, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 18 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2014.

CARLOS, Euzineia; Silva, Marta Zorzal. Associativismo, participação e políticas públicas. **Política e Sociedade**, v. 5, n. 9, 2006.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros**. Opinião Pública, Campinas, vol. 14, nº 2, novembro, 2008, p.319-351

COSTA, Maria das Dores. **Movimentos sociais e a cidadania: Uma nova dimensão para a política social no Brasil.** Rev. Adm. Pub. v. 22, n. 2. Rio de Janeiro. 1988.

CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da democracia: Uma introdução crítica.** Porto Alegre: Artmed, 2009, p.9-66.

DAHL, Robert. **Poliorquia: Participação e oposição.** Tradução de Celso Mauro Paciornik. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FERREIRA, Divanice da Paixão. **Capital social e fortalecimento da agricultura familiar: as contribuições das práticas associativas em Feira de Santana - Bahia.** 2015.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: Democracia e racionalidade.** São Paulo, Ed. Sumaré, ANPOCS, 1991.

FIALHO, Fabrício. **Participação e desigualdade política: um exercício em teoria e método.** 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política). Belo Horizonte: UFMG, 2008.

FRANÇA, Patrícia da Silva. **Os fundamentos da democracia: Análise das teorias democráticas de Aristóteles, Kelsen e Bobbio.**2003. TCC (Graduação em Direito). Rio Grande do Sul: PUC, 2003.

FUKS, Mario. **Informação e conceituação: A dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens em Belo Horizonte.** RBCS, vol.26, nº 76, 2011.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: Características e limites para construção de uma institucionalidade democrática participativa.** 2006. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Brasília: UNB, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas.** São Paulo. Editora Atlas. 2002.

GHIRARDI, José Garcez; CUNHA, Luciana Gross. O voto do silêncio: Abstenção eleitoral, representação de cidadania e participação política na pós-modernidade. Revista Direito Mackenzie. V.6, nº1, 2013, p.160-169.

GLOBO. **Atos contra o impeachment de Dilma fecham avenidas e estradas da Bahia.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/05/protesto-contr-impeachment-de-dilma-fecha-avenida-suburbana.html>> Acesso em: 12.março.2018

GLOBO. **Na Bahia grupo protesta a favor de impeachment da presidente Dilma.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/03/na-bahia-grupo-protesta-favor-de-impeachment-da-presidente-dilma.html>> Acesso em: 12.março.2018

GLOBO. **Manifestantes interditam a BR 116 em protesto contra a prisão do ex presidente Lula, em feira de Santana.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/manifestantes-interditam-br-116-em-protesto-contr-a-prisao-do-ex-presidente-lula-em-feira-de-santana.ghtml>> Acesso em: 12.março.2018

HUNTINGTON, S. **A terceira onda: democratização no final do século XX.** São Paulo, Ática, 1991.

ILHA, Paulo César. **Capital social e desenvolvimento local em Marechal Cândido Rondon (PR): O caso da Copagril. Ciências Sociais em perspectiva.** Vol. 1, n. 1, Cascavel: Edunioste, 2008, p.69-86.

INGLEHART, Ronald. **Cultura e democracia.** IN: HARRISON, L. HUNTINGTON, S. (orgs). **A cultura importa.** Rio de Janeiro, Record, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <>. Acesso em 05out2016.

LUCHMANN, Lígia Helena Hchn. **Modelos contemporâneos de democracia e o papel do associativismo.** Sociologia Política. Curitiba. V.20, 2012.

LOPES, Thiago Henrique Carneiro Rio. **Confiança institucional:** Um estudo para o Brasil – 1995/2006. Porto Alegre, 2012, 197f il.

NEUMAN, W. R. **Differentiation and integration:** Two dimensions of political thinking. The American Journal of Sociology. P. 236-268. 1981.

MACHADO, Eliel. **Limites da “democracia procedimental” na América Latina.** Mediações, n 1-2 p.260-282. 2008.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos.** Tradução de Arthur Chaudon. Brasília, UnB, 1982.

MOLINA, Sandra Cordeiro. **Os movimentos sociais e a ditadura brasileira (1964-1985): Considerações sobre a participação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.** Universitas Humanas, Brasília, V.2. 2015.

MONTENEGRO, Nelson. **Sofisticação política em Feira de Santana,** Bahia. 2013.

MOSCA, G. **La classe política.** México: Fundo de Cultura Econômica. 1992.

MOISÉS, José Álvaro. **Democratização e cultura política de massas no Brasil.** Lua Nova, nº 23, 1992

OBER, J. **Democracia direta.** In: DARTON, Robert e DUHAMEL, Oliver. Democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

OSLON, M. **A lógica da ação coletiva.** São Paulo: Edusp, 1999.

JOSE, Paulo. **Lula livre reúne manifestantes no centro de Feira de Santana.** Acorda Cidade. Disponível em: <<https://www.acordacidade.com.br/noticias/192361/ato-lula-livre-reune-manifestantes-no-centro-de-feira-de-santana.html>>. Acesso: 12.março.2018

PARETO, Vilfredo. **Coleção grandes cientistas sociais.** (Org.) J. A. Rodrigues. São Paulo. Ática, 1984.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Ed.5, Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2002, 260p.

PIERINI, Alexandre José. **Democracia dos antigos x democracia dos modernos.** Semana: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v.29, nº2, p.125-134, julho/dezembro, 2008

RADMANN, E. R. **O eleitor brasileiro:** Uma análise do comportamento eleitoral. UFRS, Porto Alegre, 2001.

RENNÓ, Lucio. SELIGSON, Mitchell A. **Mensurando confiança interpessoal: Notas acerca de um conceito multidimensional.** Ver. De Ciências Sociais, vol. 43, 2000.

RENNÓ, Lúcio. **Confiança interpessoal comportamento político: micro fundamentos da teoria do capital social na América Latina.** Opinião Pública, Campinas, Vol. VII, nº1, 2001. P.33-59.

RENNÓ, Lúcio. **Desigualdade e informação política:** As eleições brasileiras de 2002. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.50, nº4, 2007, p.721-755.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Confiança política na América Latina:** Evolução recente de determinantes individuais. Revista de Sociologia e Política, v. 19, n. 39, 2011.

ROUSSEAU, J. J. **O Contrato Social.** São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. **Associativismo e desenvolvimento**: o caso da região sisaleira da Bahia. Feira de Santana, Bahia: UEFS Editora, 2010. 216p: il.

SANTOS, Maria Carolina Alves dos. Nós e os gregos. **Trans/Form/Ação**. São Paulo, 17: p.133-141, 1994.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática**. *Revista Resgate*, Campinas, vol. 19, n. 21, p. 5-15, 2011b.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. Ed. Aplicada, vol. II, 1994, p.34-58.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. (Editado por George Allan e Unwin LTD. Traduzido por Ruy Jungmann). Rio de Janeiro: Editora Fundo da Cultura, 1961.

SELIGSON, Mitchell. **Corruption and democratization**: what is to be done? *Public Integrity*, v. 3, n. 3, 2001.

SILVA, Marcelo Kunrath; CÔRTEZ, Sayonara Vargas. **Fundamentos da confiança**: ativismo, instituição político-administrativa e capital social na Região metropolitana de Porto Alegre. *Cadernos Metrôpoles*, 21, pp.155-172, 1º semestre, 2009.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. **O legado dos movimentos sociais dos anos 70-80**. *Mediações*. Londrina, v.5, 2000.

TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América**. Belo Horizonte, Itatiaia. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 597p. 1998.

VACONCELOS, Camila, VISCARRA, Simone Piletti. **Democracia no Brasil: a incidência de confiança institucional sobre a participação política brasileira.** Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, Vitória, v. 4, n. 1, pp. 24-44. 2006.

VÁSQUEZ, Rodrigo Alonso. **Confiança institucional e corrupção política no Brasil pós 1985.** 2010. 181f. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Campinas, SP: UNICAMP, 2010.

VISCARRA, Simone Piletti. **Os Porto-Alegrenses e a dimensão formal da democracia.** Vol. 1, n 1. Cascavel: Edunioste, p.111-130, 2009.

VILANI, Cristina. **Democracia antiga e democracia moderna.** Cadernos de História. Outubro, 1997 – Belo Horizonte: PUC Minas, V. p.37-41. 1997.

VITULLO, Gabriel; SCAVO, Davide. **O liberalismo e a definição hobbesiana de democracia.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 13, Brasília, Janeiro – abril de 2014, p.89-105

VOUGA, Claudio. **A democracia ao Sul da América.** Uma visão *tocquevilleana*. *Sociologia*, USP, p.117-128, 2001.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
 Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
 Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19/12/86
 Recredenciada pelo Decreto nº 9.271 de 14/12/2004



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL - PLANTERR

MESTRADO PROFISSIONAL

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ASSOCIADOS DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA.

TÍTULO DA PESQUISA:

**ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE DAS
 ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA.**

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Martinez Santos Martins
ORIENTADORA: Prof^ª. Dr.^ª. Edinússia Moreira Carneiro Santos

I BLOCO - IDENTIFICAÇÃO

Associado:
Associação Comunitária:

II BLOCO – CONFIANÇA

INTERPESSOAL

01. Membros de sua família
0. NR 1. Nenhuma Confiança 2. Pouca Confiança 3. Alguma Confiança 4. Muita Confiança
02. Vizinhos
0. NR 1. Nenhuma Confiança 2. Pouca Confiança 3. Alguma Confiança 4. Muita Confiança
03. Pessoas desconhecidas
0. NR 1. Nenhuma Confiança 2. Pouca Confiança 3. Alguma Confiança 4. Muita Confiança
04. Membros da associação
0. NR 1. Nenhuma Confiança 2. Pouca Confiança 3. Alguma Confiança 4. Muita Confiança
05. Amigos
NR 1. Nenhuma Confiança 2. Pouca Confiança 3. Alguma Confiança 4. Muita Confiança

INSTITUCIONAL

06. Polícia
0. NR 1. Nenhuma Confiança 2. Pouca Confiança 3. Alguma Confiança 4. Muita Confiança
07. Partidos Políticos
0. NR 1. Nenhuma Confiança 2. Pouca Confiança 3. Alguma Confiança 4. Muita Confiança
08. Congresso Nacional
0. NR 1. Nenhuma Confiança 2. Pouca Confiança 3. Alguma Confiança 4. Muita Confiança
09. Poder Judiciário
0. NR 1. Nenhuma Confiança 2. Pouca Confiança 3. Alguma Confiança 4. Muita Confiança
10. Mídia
NR 1. Nenhuma Confiança 2. Pouca Confiança 3. Alguma Confiança 4. Muita Confiança

III – BLOCO – ÍNDICE DE SOFISTICAÇÃO POLÍTICA**INTERESSE**

Com que frequência você conversa sobre política?

11. Associação de moradores
0. NR 1. Nunca 2. Raramente 3. Às Vezes 4. Frequentemente
12. Amigos
0. NR 1. Nunca 2. Raramente 3. Às Vezes 4. Frequentemente
13. Com membros da sua família durante a campanha
0. NR 1. Nunca 2. Raramente 3. Às Vezes 4. Frequentemente
14. No trabalho/escola
0. NR 1. Nunca 2. Raramente 3. Às Vezes 4. Frequentemente

ENVOLVIMENTO

Com que frequência você participa de reuniões dessas organizações de coletivos?

15. Associação comunitária
0. NR 1. Nunca 2. Raramente 3. Às Vezes 4. Frequentemente
16. Sindicato
0. NR 1. Nunca 2. Raramente 3. Às Vezes 4. Frequentemente

17. Grupo Religioso (Igreja)
0. NR 1. Nunca 2. Raramente 3. Às Vezes 4. Frequentemente
18. Conselho Municipal
0. NR 1. Nunca 2. Raramente 3. Às Vezes 4. Frequentemente

CONHECIMENTO

Algumas pessoas têm dificuldade de lembrar os nomes de algumas personalidades e termos referentes a política.

19. Você poderia citar o nome de quatro vereadores eleitos na última eleição (2016)?
0. NR 1. Um 2. Dois 3. Três 4. Quatro
20. Você poderia citar o nome de quatro partidos políticos?
0. NR 1. Um 2. Dois 3. Três 4. Quatro
21. Você poderia citar o nome de quatro deputados Estaduais?
0. NR 1. Um 2. Dois 3. Três 4. Quatro
22. Você poderia citar o nome de quatro deputados Federais?
0. NR 1. Um 2. Dois 3. Três 4. Quatro

BLOCO IV – PERFIL IDEOLÓGICO

23. Você é filiado a algum partido político? Caso não seja filiado a nenhuma legenda, seguir para pergunta 25.
SIM () NÃO () QUAL?
24. Você sempre vota no partido político que é filiado?
SIM () NÃO ()
25. Na hora de escolher seu voto você leva em conta o candidato ou o partido político?
Candidato () Partido ()

BLOCO V – CANAIS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NÃO CONVENCIONAL

26. Você poderia citar alguma manifestação ou protesto que aconteceu no Brasil nos últimos anos? Qual? Por que?

27. Com relação as manifestações e protestos que têm acontecido no Brasil nos últimos anos, qual sua avaliação? Por que?

28. Você já participou de alguma mobilização ou protesto? Quais?

29. Você já fez uso de alguma rede social (face book, twitter, etc.)? Em quais circunstâncias?

30. Você fiscaliza a atuação dos representantes políticos?

SIM NÃO De que maneira?

31. Quais atividades normalmente são realizadas pela associação para incentivar a participação dos associados?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19/12/86
Recredenciada pelo Decreto nº 9.271 de 14/12/2004



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL - PLANTERR

MESTRADO PROFISSIONAL

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS

TÍTULO DA PESQUISA:

**ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE DAS
ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS RURAIS DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA.**

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Martinez Santos Martins
ORIENTADORA: Prof^ª. Dr.^ª. Edinússia Moreira Carneiro Santos

01. O senhor (a) acha que os associados estão mais participativos? Caso sim, a partir de que contexto foi possível observar essa constatação?

02. Qual a importância que a associação tem para comunidade? Como o senhor (a) justifica essa importância?

03. Quais expectativas a associação tem para curto, médio e longo prazo?

04. Como o senhor avalia a política atualmente?

Anexo A – Lista das Associações Comunitárias Rurais listadas na Federação das Associações de Moradores de Feira de Santana (FAMFS)

01	Associação União Legionária Campo do Gado
02	Associação pedra do Jacó
03	Associação Comunitária de Lagoa de Pedra
04	Associação Rural Comunitária São Mateus de Ferrobilha e Adjacências de Humildes
05	Associação Comunitária Lagoa da Formiga
06	Associação Comunitária dos Moradores de Moita da Onça Unidos Venceremos
07	Associação de Moradores Rurais Cosme e Damião
08	Associação Comunitária Teodoro Basto de Carvalho
09	Associação Comunitária de Caatinga e Adjacências
10	Associação União e Defesa dos Moradores de Humildes
11	Associação dos Moradores do Alecrim e Adjacências
12	Associação de Moradores de Carro Quebrado
13	Associação Comunitária Lago da Negra
14	Associação de Moradores do Povoado do Escoval
15	Associação de Moradores do Loteamento Marambaia
16	Associação Comunitária Rural da Mantiba
17	Associação Comunitária do Caroá
18	Associação Comunitária Maria Quitéria
19	Associação Comunitária Nossa Senhora das Candeias
20	Associação Comunitária Rural Vale do Rio do Peixe
21	Associação Comunitária Vila Feliz
22	Associação dos Moradores do Parque Guadalajara
23	Associação dos Moradores da Comunidade de Jenipapo
24	Associação Beneficente e Desenvolvimento Comunitário dos Moradores do Povoado do Limoeiro
25	Associação Comunitária Rural da Fazenda Cajueiro e Adjacências
26	Associação Organizada do Distrito de Tiquaruçú
27	Associação Rural do Povoado de Lagoa D'agua
28	Associação de Moradores do campestre e Vitória
29	Associação de Moradores do Saco do Capitão e Adjacências
30	Associação da Comunidade de Lagoa das Pedras - ASCOLPE
31	Associação Comunitária de Ouricuri, Terra Nova e Adjacências
32	Associação Comunitária de Lagoa de Pedra
33	Associação de Moradores do Povoado de Tanquinho
34	Associação Comunitária do Povoado da Garapa e Adjacências
35	Associação Renascer Povoado Caboronga
36	Conselho Comunitário de Jaguará
37	Associação Comunitária dos Araçás e Adjacências
38	Associação Rural Comunitária do Distrito de Jaíba
39	Associação Comunitária Tanquinho de Humildes